



**205**

setembro 2013

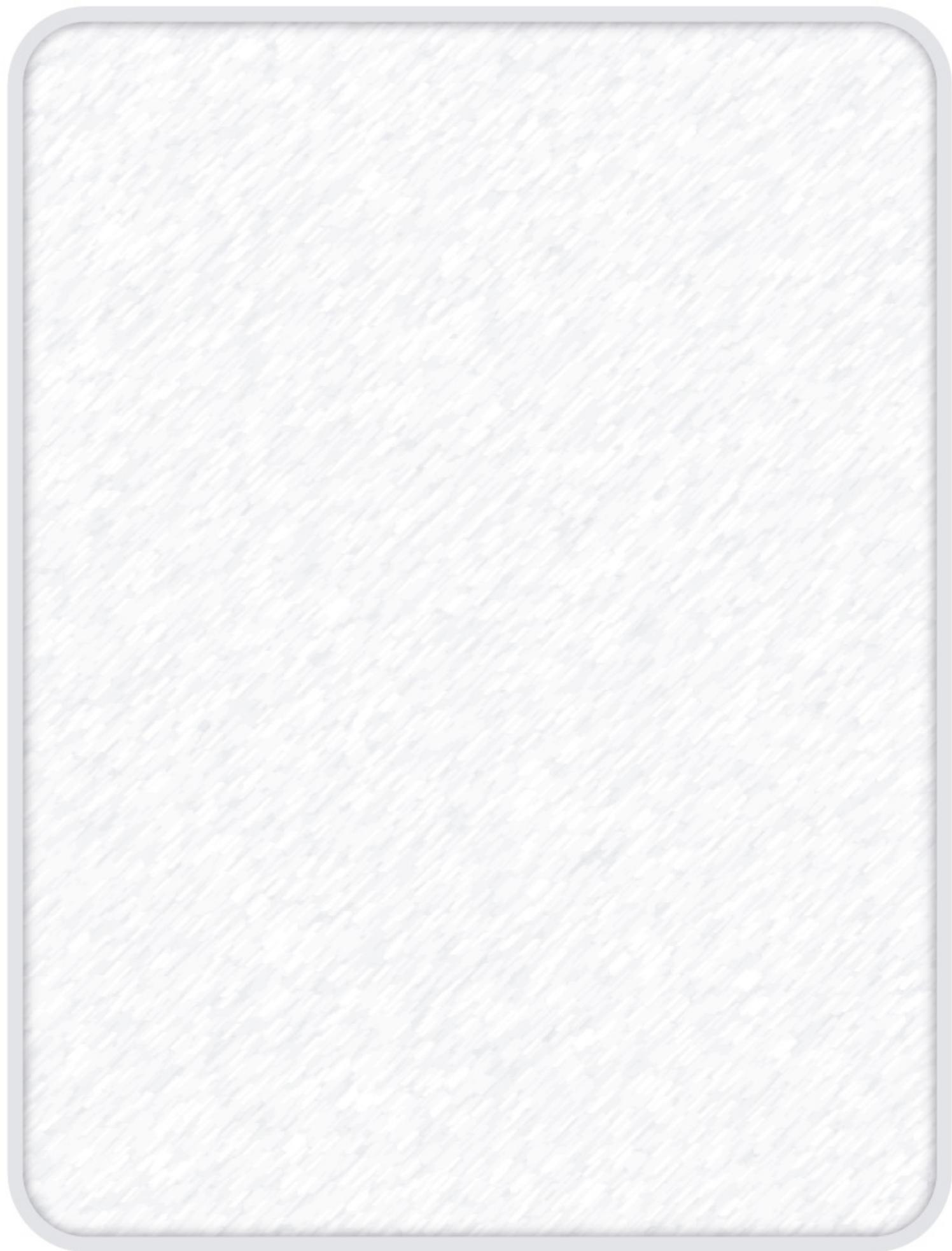
Carta Mensal  
**INTAL**

Publicação Eletrônica Mensal



Banco Interamericano de Desenvolvimento





# Tabela de conteúdos

## Coluna de Análise

Inserção internacional das PMEs do Mercosul .....	7
---	---

## Blocos de Integração

### Caribe

15ª Reunião do Conselho de Finanças e Planejamento da Caricom .....	17
---	----

### América Central

Facilitação do comércio e integração na América Central com apoio do BID .....	19
--	----

### Comunidade Andina

Integração energética: países andinos avaliam alternativas de interconexão elétrica com apoio do BID .....	21
Colômbia: medidas comerciais para o setor agropecuário .....	22

### Mercosul

Brasil coloca em funcionamento a primeira zona de processamento de exportações .....	23
--	----

### UNASUL

Infraestrutura física na cúpula da Unasul .....	24
Unasul apoia a Rede de Conectividade Sul-Americana para a Integração .....	27

## Panorama Regional e Global

De olho na conferência de Bali: países menos adiantados .....	31
19ª Rodada de negociações do Acordo de Associação Transpacífico .....	33
Aliança do Pacífico: acordos para a integração comercial e financeira .....	34

## Setor de Integração e Comércio

A cooperação Sul – Sul nos acordos comerciais da região: Nova atualização de Instrumentos Jurídicos de Integração .....	39
---	----

## Outras Atividades do BID

BID oferece curso para jornalistas sobre urbanização na América Latina e o Caribe .....	43
---	----

## Centro de Documentação INTAL

### Reseñas Bibliográficas

CEPAL; BID; OEA. Experiencias exitosas en innovación, inserción internacional e inclusión social. Una mirada desde las PYMES. Santiago: Cepal, Setembro 2011. ....	47
--	----

**Alerta Bibliográfico**

..... 49

**Bibliografía Destacada del Mes**

\*The Shifting Geography of Global Value Chains: Implications for Developing Countries and Trade Policy. Edición: Ginebra: WEF, 2012 [40 p.] ..... 50

\*The Role of International Trade in Employment Growth in Micro and Small Enterprises: Evidence from Developing Asia. Edición: Manila: ADB, August 2013 [49 p.] ..... 52

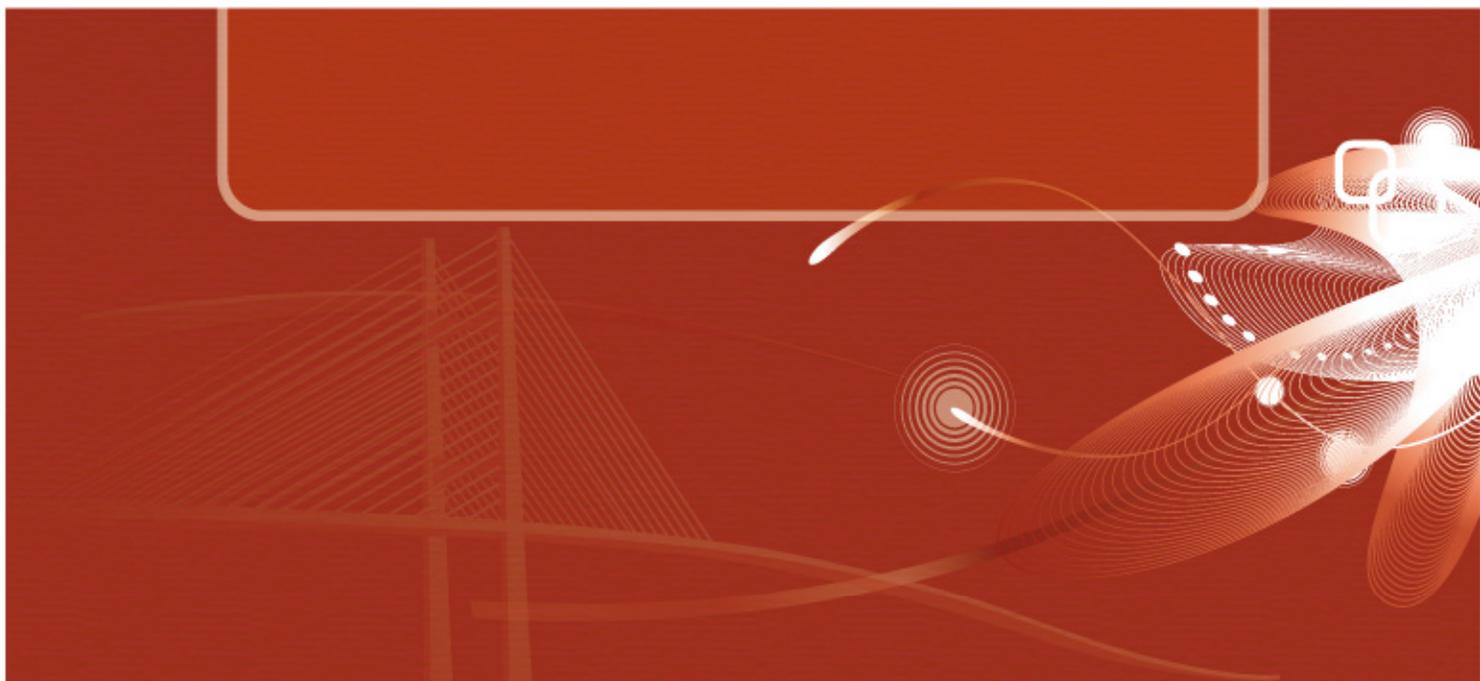
\*CEPAL. El Panorama de Inserción Internacional de ALC 2013. .... 54

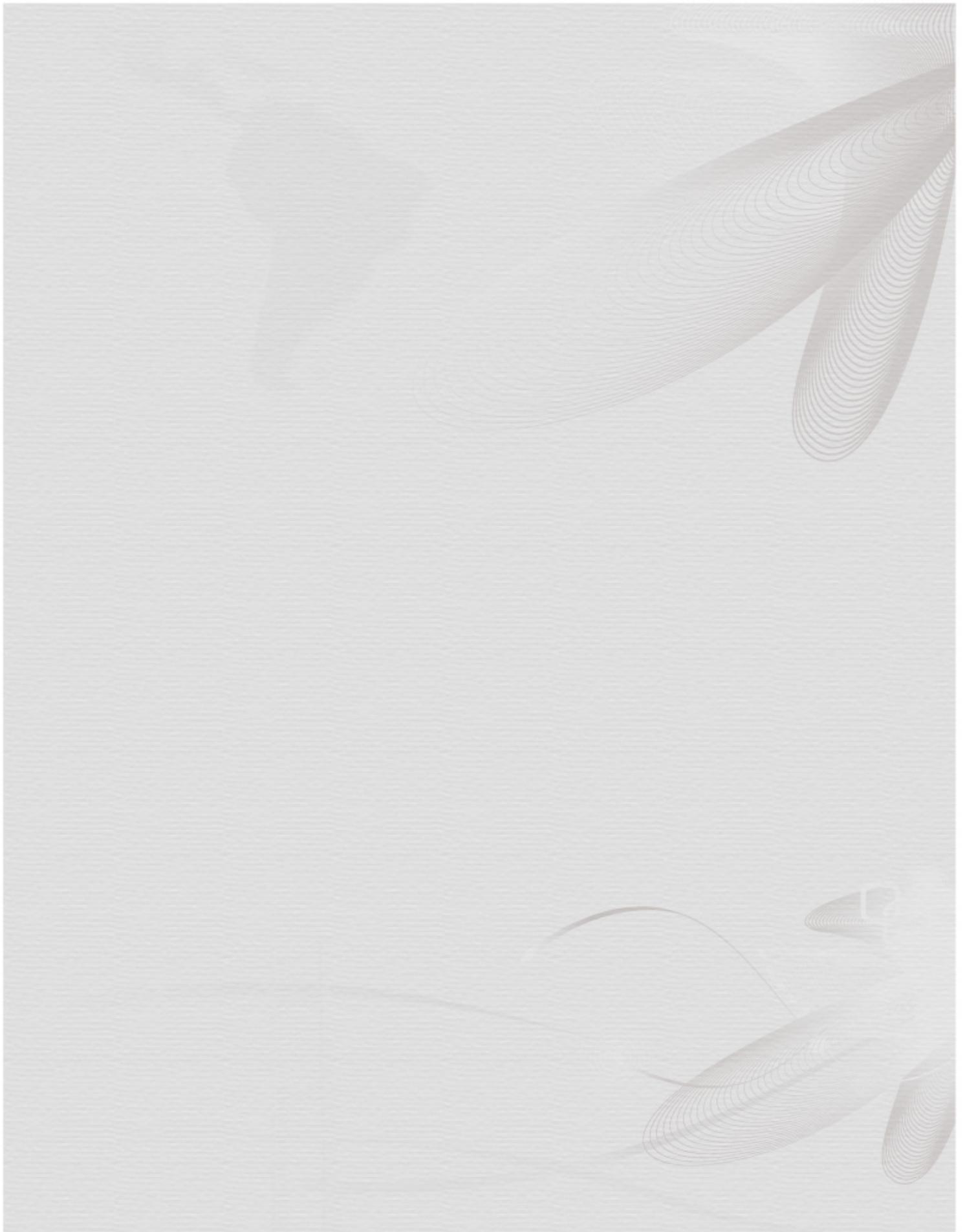
**Redação**

..... 57



# Coluna de Análise





# Inserção internacional das PMEs do Mercosul

Como acontece em quase o mundo todo, no Mercosul as pequenas e médias empresas (PMEs) têm uma grande relevância na produção e no emprego, mas sua participação nas exportações é inferior. [1] Isso coloca em evidência que a internacionalização dessas empresas não só se encontra limitada por determinados problemas de competitividade das economias em que estão, [2] mas também que existem limitações específicas das empresas menores. Nesse contexto, a melhora na inserção internacional de tais empresas é fundamental para fortalecer o desempenho exportador desses países, assim como para favorecer os efeitos positivos das vendas externas sobre o restante da economia.

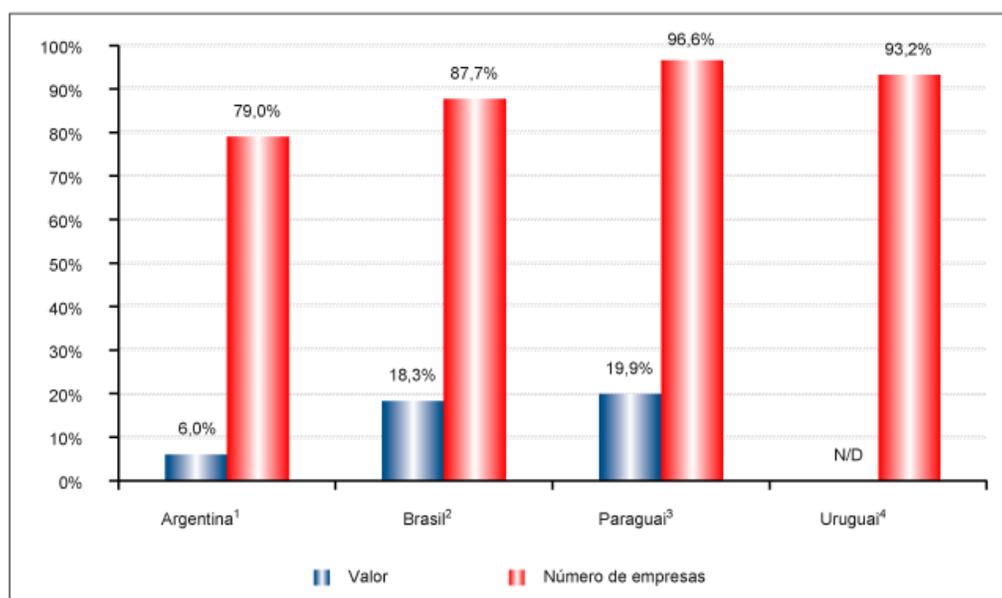
Uma dificuldade para realizar um diagnóstico das PMEs do Mercosul é a disponibilidade de informações. Por um lado, embora existam dados relativos às exportações de bens e serviços das PMEs (em alfândegas, entidades tributárias e escritórios de estatísticas), esses bancos de dados nem sempre estão disponíveis e vinculados adequadamente para fazer pesquisas em profundidade. [3] Muitas das informações provêm de estudos pontuais relacionados com esses temas e seu alcance é limitado. Por outro lado, os dados disponíveis não são estritamente comparáveis entre os países do bloco devido a diferenças na definição de PMEs, [4] ao alcance setorial e ao período de cobertura, entre outros aspectos. De fato, seria crucial para sustentar recomendações de política a respeito das PMEs da região com solidez, empreender iniciativas de melhora no plano estatístico. Levando em conta essas limitações, a primeira seção deste texto identifica as características mais relevantes da participação das PMEs nas exportações do Mercosul. [5] A partir desse panorama, na segunda seção são analisadas as principais oportunidades e desafios para a inserção internacional destas empresas. Por último, destacam-se alguns aspectos relevantes da contribuição do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) na matéria.

## Alguns fatos de destaque da inserção internacional das PMEs do Mercosul

O padrão de inserção exportadora das empresas do Mercosul varia consideravelmente segundo seu tamanho. Em primeiro lugar, **a proporção de exportadoras sobre o total de empresas é muito inferior no caso das PMEs em comparação com as grandes companhias.** No Uruguai só vendem para o exterior 6% das microempresas, 7% das empresas pequenas e 16% das médias. [6] Embora o número de pequenas e médias empresas (PMEs) no Mercosul represente mais de 80% de todas as companhias que exportam, seu peso relativo no valor das vendas externas totais é consideravelmente menor (entre 6% e 20%) [7] (Gráfico 1). Isso coloca em evidência a dificuldade das PMEs para se posicionar nos mercados globais. Apesar de os dados não serem estritamente comparáveis com os de outros países, a participação das PMEs exportadoras nos envios externos seria inferior à de algumas das economias emergentes mais dinâmicas da Ásia. [8] A menor orientação exportadora das PMEs do Mercosul está relacionada com o tipo de atividades que elas realizam (muitas delas voltadas para o mercado interno), assim como outros fatores que condicionam sua competitividade.

## Gráfico 1. Participação das PMEs exportadoras nas exportações dos países do Mercosul

Segundo valor e número de empresas exportadoras



Notas e fontes: 1 Empresas com exportações anuais médias entre US\$ 10 mil e US\$ 3 milhões durante o triênio anterior. Dados de 2010. Fonte: Crisafulli e Baralla (2011). 2MPMEs: Menos de 500 funcionários (empresas industriais e agropecuárias) ou menos de 100 funcionários (empresas de comércio e serviços). Dados de 2011. Fonte: Moreira et al. (2012). 3MPMEs: Empresas com exportações inferiores a US\$ 5 milhões. Dados de 2005. Fonte: Ramírez (2007). 4MPMEs: Empresas com exportações anuais inferiores a US\$ 10 milhões. Período 2002-2010. Fonte: Estimativa própria com dados do Instituto Uruguay XXI (2012a). N/D: Não disponível.

Em segundo lugar, enquanto nas vendas externas das grandes empresas predominam os produtos primários e baseados em recursos naturais, **nos envios das PMEs exportadoras as manufaturas têm um peso relativo maior.** (Veja Freund e Pierola, 2012). Os produtos manufaturados representam 46% das exportações das PMEs exportadoras brasileiras e um terço das de grandes empresas. Na Argentina, as manufaturas de origem agropecuária e industrial constituem 81% do valor exportado pelas PMEs, em comparação com os dois terços nas grandes empresas. Além disso, alguns setores como maquinaria e equipamento, produtos químicos ou insumos para a construção têm uma participação muito superior nas vendas externas das PMEs industriais exportadoras argentinas no que se refere às grandes empresas.[9] A este respeito, deve notar-se que as PME de ambos países



tem um lugar de destaque no comércio de autopeças, item que representa 20% da troca do complexo automotivo bilateral e o volume anual de comércio no valor de US\$ 3.000 milhões. No Paraguai, quase dois terços das vendas externas das PMEs estão compostos por produtos não tradicionais, enquanto as grandes empresas exportam produtos tradicionais como soja, algodão, carne e madeira.[10]

Em terceiro, **o Mercosul e o restante da América Latina constituem um destino fundamental para as PMEs exportadoras**, o que revela uma maior dependência do mercado regional em comparação com as grandes empresas. Quase dois terços das exportações das PMEs manufatureiras exportadoras argentinas são destinados ao Mercosul, México e restante da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), enquanto as PMEs no Brasil enviam para esses países 22,4% de suas vendas externas (18,8% no caso das grandes empresas). A relevância dos sócios regionais está relacionada com dois elementos. Por um lado, os custos de operar em mercados distantes e menos conhecidos [11] são mais elevados, o que dificulta a inserção das PMEs. De fato, parece existir uma sequência “natural” de exportação que começa com os mercados mais próximos e continua com os mais distantes.[12] O desafio político é facilitar a passagem para estes últimos. Por outro lado, a composição geográfica das vendas externas está relacionada com o tipo de produtos exportados pelas PMEs e pelas grandes empresas: em todos os países do bloco as vendas totais para a América Latina caracterizam-se por seu maior conteúdo tecnológico, em comparação com as destinadas à extrazona, nas quais mais de 70% correspondem a produtos básicos e manufaturas baseadas em recursos naturais, setores com predomínio das grandes empresas.

Em quarto lugar, **a inserção internacional das PMEs exportadoras de serviços difere consideravelmente das que exportam bens**. Por um lado, as empresas de menor porte têm uma participação maior nas vendas externas de serviços do que nas de mercadorias. No Brasil as PMEs exportadoras representam 23,6% das exportações de serviços e 18,6% das de bens. No Uruguai as PMEs de serviços destinam a mercados externos uma maior proporção de suas vendas que seus pares da indústria (9% e 5%, respectivamente) (DINAPYME, 2013). Por outro lado, o principal mercado das PMEs exportadoras de serviços não é a América Latina, mas sim os Estados Unidos e países europeus. Esse padrão geográfico não apresenta diferenças significativas em comparação com as grandes empresas. Apesar de o principal item de exportação ser o turismo, durante a última década ganharam importância os serviços não tradicionais, entre os quais se destacam os empresariais e outros vinculados às tecnologias da informação e telecomunicações (TIC). No Brasil, estes dois setores representam, respectivamente, 14% e 5,2% das exportações de serviços das PMEs exportadoras (MDIC, 2013). Em um contexto em que o *outsourcing* por parte de grandes empresas multinacionais cresce rapidamente, alguns dos setores mais dinâmicos para as PMEs exportadoras do Mercosul são os serviços empresariais, desenvolvimento de *software*, consultoria, serviços audiovisuais, contabilidade e auditoria, serviços de arquitetura e engenharia, publicidade e *marketing*, etc.

### Oportunidades e desafios

Durante a última década, no Brasil as vendas externas das PMEs exportadoras foram mais dinâmicas do que as das grandes empresas. Na Argentina e no Uruguai, o número de PMEs exportadoras aumentou. Outro aspecto a ser destacado é que no Uruguai predominam as PMEs exportadoras entre as empresas que começaram a exportar recentemente e conseguem manter sua presença nos mercados externos (DINAPYME, 2013).



As principais oportunidades para expandir a inserção internacional das PMEs estão relacionadas com a oferta de bens diferenciados ou serviços não tradicionais. As vantagens comparativas de alguns dos países do bloco neste setor provêm de sua disponibilidade de mão de obra qualificada e com capacidade de adaptação, boa infraestrutura de telecomunicações, semelhanças culturais e fusos horários adequados para exportar serviços para os Estados Unidos e a Europa, incentivos específicos para esses setores (destaque para o caso do Uruguai), etc. (Instituto Uruguay XXI, 2012b).

A internacionalização das empresas de menor porte enfrenta algumas ameaças: o encarecimento dos custos de produção, a perda de acesso preferencial ao mercado latino-americano face à proliferação de acordos comerciais de alguns dos principais compradores das PMEs exportadoras com sócios extrarregionais (em particular para alguns setores industriais), e algumas falhas de mercado que limitam a competitividade. Entre elas podem ser mencionadas as externalidades de informações,[13] deficiências de coordenação,[14] a escassez de financiamento, deficiências de gestão e coordenação, etc.

Os principais desafios para a inserção internacional das PMEs do Mercosul são o aumento de sua competitividade por meio do aumento da produtividade, a incorporação de tecnologia e a oferta de bens e serviços diferenciados, que permitam fortalecer tanto a exportação direta quanto a indireta e ampliar sua participação nas cadeias regionais e globais de valor. Cabe assinalar que podem aproveitar a experiência e o conhecimento adquiridos no mercado latino-americano como plataforma para aumentar sua inserção no restante do mundo.

O desenvolvimento internacional das PMEs exige ações concretas, tais como a assistência técnica e financeira, a promoção da associatividade para reduzir custos de informação e transações e a qualificação da mão de obra em matéria técnica, idiomática, de informática, de administração e gestão. Portanto, é importante incentivar uma maior articulação entre universidades e empresas. No âmbito do Mercosul existem algumas iniciativas regionais orientadas a favorecer a internacionalização das PMEs, tais como: o Programa de Integração Produtiva do Mercosul, o Fundo Mercosul de Garantias para Micro, Pequenas e Médias Empresas; os projetos do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) voltados para o financiamento de PMEs exportadoras de biotecnologia, eletrônica e *software*; bens de capital, plantas *turn-key* e serviços de engenharia; a integração produtiva das PMEs do setor de autopeças; etc.

### **O BID e a internacionalização das PMEs no Mercosul**

A relação das PMEs com os intermediários financeiros sofre limitações tanto do ponto de vista da oferta quanto da demanda de crédito. Para os bancos privados, as operações com as PMEs são alternativas de alto risco, altos custos e, provavelmente, baixa rentabilidade. Por seu lado, como demandantes de crédito, as PMEs frequentemente carecem de capacidades administrativas e financeiras, para não mencionar a possibilidade de mobilizar avais, que permitam que se tornem sujeitos de crédito. Essas falências devem ser compensadas por políticas públicas enquadradas em uma visão estratégica do desenvolvimento e da competitividade dos países. E é nesse âmbito que o Grupo BID[15] vem contribuindo para o desenvolvimento das PMEs exportadoras por meio de financiamento com e sem garantia soberana e cooperações técnicas. Os países do Mercosul se beneficiaram de algumas dessas operações. Quanto à inserção externa das PMEs, os programas buscam corrigir falhas de mercado, como as externalidades de informação, e ajudam as PMEs a superar obstáculos para a exportação. Um exemplo disso é o [empréstimo](#) outorgado ao Uruguai,

com o objetivo de melhorar a competitividade do setor privado em matéria de exportações, investimentos, inovação e qualidade (BID, 2013).

A Unidade de Comércio e Investimentos do BID oferece apoio à internacionalização das PMEs por meio de programas financeiros e não financeiros, concentrando-se na promoção de exportações e atração de investimentos, na facilitação de comércio, alfândegas e logística, e acordos e regulamentação de comércio e investimentos. Entre seus principais programas em países do Mercosul destacam-se: cofinanciamento de serviços de desenvolvimento empresarial para a internacionalização de PMEs; organização e participação em feiras e missões comerciais (Argentina, Paraguai e Uruguai); intercâmbios empresariais; apoio na obtenção de certificações de qualidade para a exportação; plataformas automatizadas on-line para gestão de informações e tramitações; assistência técnica direta, capacitação, equipamento e financiamento para exportações (Argentina); apoio a iniciativas de associatividade para exportação e encadeamentos com empresas exportadoras (Argentina e Paraguai), entre outros (GRANADOS, 2013). Outro exemplo é o projeto de Bens Públicos Regionais [“Sistema Regional para o Desenho de Políticas Públicas para a MPME”](#) que tem como objetivo estimular uma rede de informações e a aprendizagem institucional para superar os obstáculos das PMEs nos mercados de serviços. O [Fundo Multilateral de Investimentos](#) (Fomin) financia atividades para promover o setor privado, aumentar a capacidade da força de trabalho e fortalecer a pequena e a microempresa. Alguns dos projetos destacados relacionados a estes temas no Mercosul incluem: uma [plataforma de colaboração para a divulgação e implementação de iniciativas de apoio às micro e pequenas empresas](#), que inclui ações de apoio para a integração e transferência de tecnologia transfronteiriça para PMEs (Brasil, Paraguai e Uruguai), uma plataforma tecnológica inovadora de comércio exterior ([PTI-COMEX](#)) para dar suporte à gestão associativa e facilitar os processos de internacionalização e comércio exterior de empresas no *Cluster* Tecnológico de Córdoba (Argentina), a [melhora da inserção internacional do setor têxtil e de vestuário](#) da Argentina, o apoio para melhorar o [acesso a mercados internacionais de pequenos produtores de açúcar orgânico](#) no Paraguai, [o fortalecimento da gestão do sistema de oferta turística em Rocha](#) (Uruguai), etc. Além disso, o Fomin financiou numerosos programas voltados para a melhora geral da competitividade das PMEs.

A [Corporação Interamericana de Investimentos](#) (CII), por sua parte, é a única instituição regional multilateral que dá financiamento a empresas privadas latino-americanas, com especial ênfase nas PMEs. Entre seus principais programas destacam-se o [FINPYME](#) (assistência técnica para obter financiamento) e o [FINPYME Credit](#) que outorga financiamento competitivo a PMEs de países pequenos da região (incluindo o Paraguai e o Uruguai).

#### Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. [“Desafios e iniciativas para a inserção internacional das PMEs na região”](#), em: *Carta Mensal N° 202*, junho de 2013.
- BID-INTAL. [“A coordenação dos setores público e privado na inserção internacional das PMEs centro-americanas”](#), em: *Carta Mensal N° 203*, julho de 2013.
- BID-INTAL. [Resenha do documento “Experiências bem-sucedidas em inovação, inserção internacional e inclusão social. Uma visão das PMEs. Cepal, BID, OEA. Santiago: Cepal, setembro de 2011”](#), em: *Carta Mensal N° 205*, setembro de 2013.

## Bibliografía:

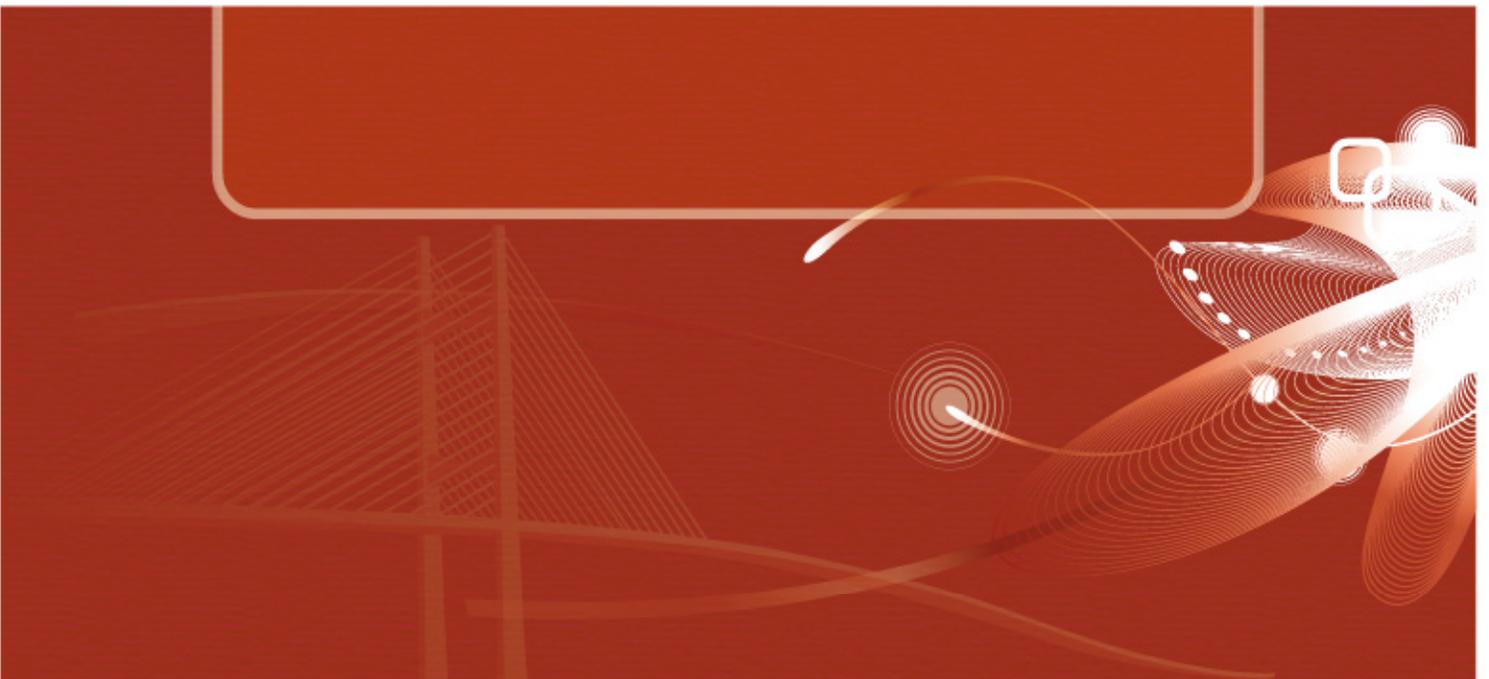
- ALBORNOZ, F. *et al.* “Sequential Exporting”, em: *Journal of International Economics*, v.88, Issue 1, September 2012, p. 17–31.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). [Documento de Enfoque. Análise Comparativo. Modelos para PYME Apoyados por el BID: El caso de Brasil](#). BID. Oficina de Evaluación y Supervisión (BID), marzo de 2013.
- CRISAFULLI, L. ; BARALLA, G. [Exportaciones de las PyMEs Argentinas](#). Argentina: IERALPyME, 2011.
- DIRECCIÓN NACIONAL DE ARTESANÍAS, PEQUEÑAS Y MEDIANAS EMPRESA (DINAPYME). [“Encuesta Nacional a MIPyMEs Industriales, Comerciales y de Servicios”](#). Ministerio de Industria, Energía y Minería. Montevideo: DINAPYME, 2013.
- EATON *et al.* [“Export Dynamics in Colombia: Firm-Level Evidence”](#). Bogotá: Banco de la República, 2007.
- FREUND, D.; PIEROLA, M. [“Export Superstars”](#). Washington: World Bank, 2012.
- GRANADOS, J. [“Internacionalización de PyMES: Apoyo Operativo del Banco. I Foro Iberoamericano de la MIPyME”](#). Ciudad de Panamá, Panamá, 25 de junio de 2013.
- INSTITUTO DE ESTRATEGIA INTERNACIONAL (IEI). [Las PyMEx 2003-2012. Una mirada actual](#). Cámara de Exportadores de la República Argentina (CERA). Buenos Aires: IIE, 2013.
- INSTITUTO URUGUAY XXI. [Caracterización de las empresas exportadoras uruguayas](#). Documento de Trabajo N° 4. Departamento de Inteligencia Competitiva. Montevideo: Instituto Uruguay XXI, 2012a.
- INSTITUTO URUGUAY XXI. [Servicios globales de exportación. Oportunidades de Inversión en Uruguay](#). Montevideo: Instituto Uruguay XXI, 2012b.
- KUWAYAMA, M. [Quality of Latin American and Caribbean industrialization and integration into the global economy](#). Santiago de Chile: Cepal, 2009.
- MAYER, T.; OTTAVIANO, G. [The Happy Few: The internationalisation of European firms](#). Belgium: Bruegel Blueprint Series, 2007.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). [Serviços: Panorama do Comércio Internacional: Dados Consolidados de 2012 = Services: Overview of International Trade: 2012 Consolidated Data](#). Secretaria de Comércio e Serviços (SCS). Brasília: MDIC, 2013.
- MOREIRA, R. *et al.* [As micro e pequenas empresas na exportação brasileira 1998-2011. Brasil](#). Brasília: Sebrae, 2012.
- RAMÍREZ, J. [Las PyMEs exportadoras paraguayas: situación actual, perspectivas y desafíos](#). Asunción: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Cepal), 2007.
- VOLPE MARTINCUS, C.; CARBALLO, J.; García, P. [Public programs to promote firms' exports in developing countries: are there heterogeneous effects by size categories?](#) Working Paper; 205. Washington: BID, 2010.
- WORLD BANK. 2013. [Doing Business 2013: Smarter Regulations for Small and Medium-Size Enterprises](#). Washington, DC: World Bank Group.

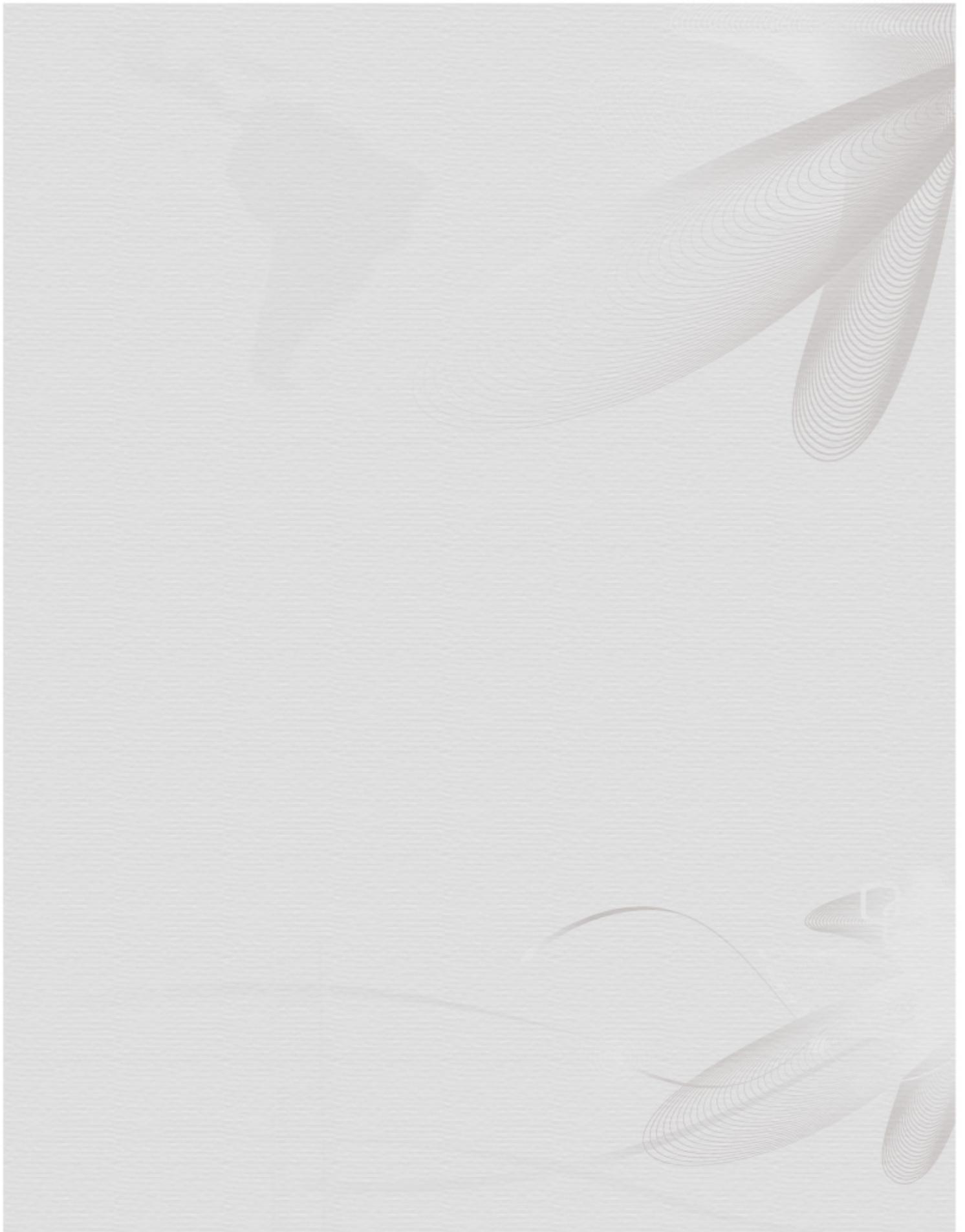
- [1] Apesar de as informações sobre internacionalização de PMEs em diversos países nem sempre serem comparáveis, a baixa participação destas empresas nas exportações é um fenômeno generalizado tanto em países em desenvolvimento quanto em desenvolvidos. Veja Mayer e Ottaviano (2007).
- [2] De acordo com o Índice *Doing Business* (BANCO MUNDIAL, 2013), que mede a facilidade para fazer negócios com foco especial nas PMEs, os países do Mercosul mostram um desempenho inferior ao de muitas outras economias emergentes, entre elas várias sul-americanas. Enquanto Chile, Peru, Colômbia e México estão entre os 37º e 48º lugares de um ranking de 185 países, os do Mercosul se encontram nas posições 89 (Uruguai), 103 (Paraguai), 124 (Argentina), 130 (Brasil) e 180 (Venezuela). No tocante ao componente do indicador sobre comércio internacional, também estão abaixo da média da América Latina e do Caribe (90), situando-se nas posições 104 (Uruguai), 123 (Brasil), 139 (Argentina), 155 (Paraguai) e 166 (Venezuela). No entanto, deve se levar em conta que esse relatório apresenta um único dado por país e por dimensão, quando na realidade existe uma enorme dispersão em nível de empresa dentro de cada economia. Em geral, esses dados são representativos da parte superior da distribuição.
- [3] Veja, por exemplo, Volpe Martincus *et al.* (2012).
- [4] Não só existem diferenças na definição de PMEs entre os países, mas também entre diversos estudos correspondentes a diferentes países. Veja notas do Gráfico 1.
- [5] A análise se limita aos quatro membros fundadores do Mercosul por causa da falta de dados sobre as exportações de PMEs da Venezuela. No entanto, dado que as exportações petrolíferas deste país representam 96,1% do total em 2012 e são realizadas pelo setor público, é possível afirmar que a participação das PMEs nas vendas externas venezuelanas é muito baixa.
- [6] Inclui exportação direta e por meio de terceiros. DINAPYME (2013).
- [7] Em alguns casos os dados incluem as microempresas exportadoras e em outros se referem exclusivamente às PMEs exportadoras. Veja nota do Gráfico 1.
- [8] Segundo Kuwayama (2009), as PMEs representam 61,2% das exportações na China, 28,2% na Tailândia e 31,8% na República da Coreia. No entanto, dadas as diferenças na definição de PMEs e no período de cobertura dos dados, entre outros aspectos relevantes, essas comparações devem ser consideradas com cautela.
- [9] A classificação de manufaturas nos dois países não é comparável e corresponde à utilizada pelo MDIC (Brasil) e pelo Indec (Argentina). Os dados do Brasil são de 2011 e os da Argentina de 2010. Veja Crisafulli e Baralla (2011), IEI (2013) e Moreira *et al.* (2012).
- [10] Dados de 2005. Ramírez *et al.* (2007).
- [11] Maiores diferenças culturais, idiomáticas, na maneira de fazer negócios, etc.
- [12] Veja, por exemplo, Eaton *et al.* (2007) sobre o caso da Colômbia e Albornoz *et al.* (2012) sobre o da Argentina.
- [13] Dado que as informações sobre oportunidades de negócios em um determinado mercado obtidas por uma empresa por meio de pesquisa de mercado podem ser usadas por outras empresas, os benefícios sociais dessas pesquisas excedem os benefícios privados correspondentes.
- [14] Determinadas atividades não podem ser desenvolvidas eficientemente, a menos que os agentes econômicos atuem de maneira coordenada.
- [15] O Grupo BID abrange o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Corporação Interamericana de Investimentos e o Fundo Multilateral de Investimentos.





# Blocos de Integração





# 15ª Reunião do Conselho de Finanças e Planejamento da Caricom

No dia 6 de agosto, os ministros de Finanças da Caricom se reuniram em Trinidad e Tobago durante a 15ª Reunião do [Conselho de Finanças e Planejamento \(Cofap\)](#), sigla em inglês).[1]

O principal objetivo da reunião foi dar andamento às questões centrais da 34ª Reunião Regular da Conferência de Chefes de Governo da Caricom e Fórum de Doadores, realizada no país em julho passado, cujo [comunicado conjunto](#) levou à decisão de encomendar ao Mercado e Economia Únicos do Caribe (CSME, sigla em inglês)[2] a missão de avançar na elaboração de uma estratégia de desenvolvimento. Para isso foram identificados temas prioritários para a região, como a sustentabilidade fiscal, a mobilização de recursos e o desemprego.

O esforço da Caricom para articular a sua estratégia de desenvolvimento já tinha sido refletido na recentemente aprovada [Estratégia Regional de Ajuda para o Comércio](#), cuja estruturação foi financiada com recursos da [Iniciativa de Ajuda para o Comércio](#) do BID, considerada uma ferramenta fundamental para a mobilização de recursos na região, necessária para fortalecer a sua competitividade no mercado global.

Além disso, na Reunião do Cofap foram aprovadas a minuta do [Acordo sobre Serviços Financeiros da Caricom](#) e uma emenda ao Acordo de Dupla Tributação Intrarregional.

Mais informações nos seguintes links: [1]; [2]; [3]; [4]; [5]; [6]; [7].

#### Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. “[BID apoia expansão do comércio e conectividade no Caribe](#)”, em: *Carta Mensal Nº 199*, março de 2013.
- BID-INTAL. “[Caricom lança Estratégia de Ajuda ao Comércio](#)”, em: *Carta Mensal Nº 203*, julho de 2013.

[1]O Cofap é uma das entidades criadas com o objetivo de apoiar os principais órgãos da Comunidade: a Conferência de Chefes de Governo e o Conselho da Comunidade de Ministros.

[2]Criado pela [Declaração de Grand Anse](#), em julho de 1989.



## América Central

### Facilitação do comércio e integração na América Central com apoio do BID

Há pouco mais de uma década as economias centro-americanas trabalham de forma conjunta para formar uma união alfandegária entre seus territórios com o objetivo de aumentar o comércio, o crescimento e o bem-estar. Essa estratégia se sustenta em dois pilares: (i) as ações voltadas para facilitar a implementação da agenda de integração e os acordos comerciais, incluídas questões de política e de regulamentação comercial, e (ii) os investimentos em infraestrutura e equipamentos, direcionados para melhorar a integração física.[1]

Entre as principais ferramentas na busca por potencializar a integração na América Central, destaca-se, por um lado, o [Projeto de Integração e Desenvolvimento da Mesoamérica](#) (PM), que surgiu da reestruturação do Plano Puebla Panamá em 2008 como fórum para discutir as prioridades regionais, articular os esforços regionais e fazer a gestão dos recursos para a implementação de projetos específicos e a criação de bens públicos regionais. O PM é um instrumento de cooperação entre os membros do Mecanismo de Diálogo e Concertação de Tuxtla (Belize, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, México e República Dominicana), que se encarrega das etapas de criação, financiamento e execução de programas de infraestrutura, interconectividade e desenvolvimento social. No PM são planejados e implementados projetos de interesse regional que abrangem investimentos para a interconexão elétrica, telecomunicações, transporte e facilitação comercial, e nele o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) atua como sócio estratégico do istmo, fornecendo assistência técnica e financeira.

Por outro lado, desde 2010 os países centro-americanos mantêm uma dinâmica de trabalho articulada em planos semestrais. São realizadas três reuniões por período das quais participam os grupos técnicos especialistas em temas de regras de origem, rotulagem, composição de produtos, etc. O conteúdo da primeira rodada realizada em agosto no Panamá, país que exerce pela primeira vez a PPT desde sua incorporação ao Subsistema de Integração Centro-Americana, está disponível no seguinte [link](#).



El Salvador e Guatemala, os primeiros países da América Central que assinaram a criação da união alfandegária, estão implementando vários projetos relacionados com a melhora da infraestrutura. Entre eles estão a modernização dos postos fronteiriços e da infraestrutura viária, a construção de pontes e a modernização das instalações e procedimentos alfandegários. Em fevereiro de 2012, começou o trabalho das equipes técnicas binacionais com o objetivo de detectar e propor soluções aos problemas de trânsito nas fronteiras. O projeto mais recente foi apresentado em agosto deste ano, quando representantes dos dois países assinaram um acordo para conseguir uma movimentação ágil na passagem Valle Nuevo – Las Chinamas, diminuindo o tempo das tramitações migratórias. A implementação de uma nova tecnologia permitirá o intercâmbio eletrônico imediato de informações entre El Salvador e Guatemala, reduzindo o procedimento a um único trâmite. Espera-se que essa iniciativa tenha impacto em termos de segurança e turismo. Um segundo projeto busca modernizar a passagem fronteiriça Pedro de Alvarado – La Hachadura com a instalação de um único ponto de controle de carga na Guatemala e um de passageiros em El Salvador. Este projeto faz parte de uma proposta do BID no âmbito da iniciativa do [Corredor Pacífico](#) do PM. Na recente reunião dessa iniciativa, em que a Costa Rica assumiu a Presidência Pro Tempore, foi decidido estabelecer o Corredor como prioridade para o segundo semestre de 2013.

#### Bibliografia:

- BID. [Investir en integración. Los retornos de la complementariedad entre software y hardware](#). Sector Integração e Comércio. Nota técnica BID-TN-266. Março de 2011a.
- BID. [Estrategia Sectorial de Apoyo a la Integración Competitiva Regional y Global](#). Vicepresidencia de Sectores. Sector Integración y Comercio. Março de 2011b.
- MINISTERIO DE COMERCIO E INDUSTRIAS. [Culmina exitosamente primera rodada da unión aduanera](#). Nota para a imprensa, 26 de agosto de 2013.

#### Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. [“BID apoia implementação do Trânsito de Mercadorias na América Central”](#), em: *Carta Mensal N°186*, fevereiro de 2012.
- BID-INTAL. [“Biocombustíveis, saúde e infraestrutura na mira do apoio do BID ao Projeto Mesoamérica”](#), em: *Carta Mensal N°190*, junho de 2012.

[1] Estes dois pilares coincidem respectivamente com a Estratégia Setorial de Apoio à Integração Competitiva Regional e Global do BID que recomenda uma agenda de integração que contenha investimentos simultâneos em *software* (negociação e implementação de novos acordos comerciais e de investimento, promoção de exportações e atração de investimentos, facilitação do comércio e modernização de aduanas, ampliação do financiamento privado e desenvolvimento de um ambiente propício para a integração sustentável e inclusiva) e em *hardware* (infraestrutura física) (BID, 2011a e 2011b).



## Comunidade Andina

### Integração energética: países andinos avaliam alternativas de interconexão elétrica com apoio do BID

Em agosto foi realizado em Bogotá, Colômbia, um encontro entre representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e especialistas em questões energéticas do Chile, Colômbia, Equador e Peru a fim de analisar alternativas de interconexão elétrica. A reunião faz parte da cooperação técnica “[Apoio aos Estudos de Interconexão Elétrica Andina](#)”, por meio da qual o BID apoia esses países no desenvolvimento do [Sistema de Interconexão Elétrica Andina](#) (Sinea).

Mais informações em: BID-INTAL. “[O BID e a interconexão energética andina](#)”, em: *Carta Mensal N°204*, agosto de 2013.



## Colômbia: medidas comerciais para o setor agropecuário

A Colômbia anunciou a implementação de um programa de apoio agropecuário com o objetivo de aumentar a sua competitividade. Com a entrada em vigor de acordos comerciais com países desenvolvidos, cuja produção agropecuária é protegida por diversos tipos de subsídios e outros mecanismos de estímulo, muitas atividades do setor agropecuário colombiano estão enfrentando uma situação de vulnerabilidade, que piora devido ao seu nível comparativamente baixo de produtividade.

Entre as principais [medidas](#) que a Colômbia implementará se destacam a eliminação de tarifas para a importação de insumos agrícolas, a autorização de importação direta de fertilizantes, a adoção de salvaguardas, etc.

Especificamente, o programa de [zonas francas leiteiras](#) inclui a prorrogação das zonas francas permanentes especiais (ZFPE) nos departamentos de Putumayo, Nariño, Huila, Caquetá e Cauca, assim como a criação de ZFPEs lácteas que poderão ser declaradas em qualquer lugar do país. O objetivo é promover o aumento do valor agregado, a adoção de novas tecnologias e a inovação, o aumento da produtividade e da qualidade dos produtos e uma melhor inserção nos mercados nacionais e internacionais. Para ter acesso aos [benefícios](#) das ZFPEs, que incluem isenções de impostos ao comércio exterior e outros incentivos tributários, as empresas deverão cumprir uma série de requisitos de investimentos e geração de empregos. O programa incentiva a produção de derivados lácteos e busca melhorar aspectos dos processos de envasar e rotular o leite.

# Brasil coloca em funcionamento a primeira zona de processamento de exportações

No dia 30 de agosto começou a funcionar em [Pecém](#) (Ceará) a primeira das 24 zonas de processamento de exportações (ZPE)[1] aprovadas pelo Brasil desde que a lei de ZPE foi modificada, em 2007, a fim de aumentar a competitividade e o valor agregado das vendas ao exterior. O primeiro projeto industrial autorizado para a área é a construção de uma planta siderúrgica, que exigirá investimentos de aproximadamente US\$ 9 bilhões. O complexo industrial incluirá também um porto, uma ferrovia, um gasoduto, duas usinas termoelétricas, uma refinaria e outras atividades industriais.

Como foi mencionado na [Carta Mensal INTAL N° 204](#), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) concederá um [empréstimo](#) de US\$ 400 milhões ao estado do Ceará destinado a [melhorar a infraestrutura de estradas e de logística](#), favorecer a conectividade entre as regiões produtoras e os mercados de consumo, os portos e aeroportos regionais.

### Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. [“Brasil aplica políticas para melhorar sua competitividade”](#), em: *Carta Mensal N° 200*, abril de 2013.
- BID-INTAL. [“Empréstimos do BID contribuem para aumentar a competitividade dos países do Mercosul”](#), em: *Carta Mensal N° 204*, agosto de 2013.
- RAMOS, A.; GAYÁ, R.; CAMPOS, R.; MICHALCZEWSKY, K. [Marcos teóricos para el análisis de las zonas de procesamiento de exportaciones en América Latina y el Caribe](#). Nota técnica N° 432. Buenos Aires: BID-Intal, julho de 2012.

[1] Sobre as ZPEs veja Ramos *et al.*, 2012.

## Infraestrutura física na cúpula da Unasul

A 7ª Reunião Ordinária de Chefas e Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), realizada em 30 de agosto em Paramaribo, Suriname, representou uma nova expressão de respaldo ao processo de integração sul-americana em matéria de integração física. Nessa cúpula, o [Suriname assumiu a Presidência Pro Tempore](#) da Unasul (ocupada anteriormente pelo Peru) e o [Paraguai](#), que estava suspenso desde junho de 2012, se incorporou oficialmente. Como resultado da cúpula foi divulgada a [Declaração de Paramaribo](#), documento que apresenta as bases de uma visão estratégica da Unasul de longo prazo. Um de seus pilares é a integração física, observado em dois pontos da declaração:

### Fortalecimento da infraestrutura física e a conectividade

Os mandatários destacaram que no longo prazo o fortalecimento da infraestrutura física e a conectividade entre os Estados-membros da Unasul deve ser uma das diretrizes do organismo na promoção do processo de integração regional.

O mecanismo institucional para avançar com esse objetivo é o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan), o qual reconhece os resultados alcançados pela [Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana](#) (IIRSA) e a adota como seu Fórum Técnico. No âmbito do Cosiplan-IIRSA e cumprindo o mandato dos Presidentes,[1] em 2011 os países elaboraram os dois instrumentos que orientarão seu trabalho nos próximos 10 anos: o Plano de Ação Estratégico 2012-2022 ([PAE](#))[2] e a Agenda de Projetos Prioritários de Integração ([API](#)).[3] Atualmente a API se encontra integrada por 101 obras agrupadas em 31 projetos estruturados. Esses projetos consolidam redes prioritárias de conectividade física com alcance regional a partir da construção e operação eficiente da infraestrutura, atendendo critérios de desenvolvimento social e econômico sustentável, preservando o meio ambiente e o equilíbrio dos ecossistemas. Seu valor foi estimado em cerca de US\$ 17 bilhões[4] e está previsto que as obras terminarão em 2022.

Para acompanhar os projetos da API, previu-se um Sistema de Monitoramento Permanente (SMP).



Durante o processo de formação da Agenda, os países concordaram que esse sistema devia atender a princípios de eficácia e simplicidade, com padrões comuns para processar e entregar informações a partir de uma perspectiva regional. Na [reunião do Grupo Técnico Executivo sobre a API e o SMP](#) realizada no Rio de Janeiro em 27 e 28 de agosto, foi implementada a fase de teste do sistema que permitirá informar claramente sobre o estado de avanço dos projetos e produzir indicadores e relatórios executivos para a tomada de decisões relacionada com a execução dos mesmos. Além disso, o Conselho conta com uma Carteira de 587 projetos no valor estimado de US\$ 157 bilhões nos setores de energia, transporte e comunicações, resultado de um importante esforço de cooperação e diálogo entre os países sul-americanos iniciado na primeira etapa de trabalho da IIRSA (2000-2010).[5] Dos 587 projetos, 85 foram terminados e se encontram em estado operacional (no valor de US\$ 16 bilhões).[6] Outros 176 projetos estão em execução, com o valor estimado de US\$ 76 bilhões, enquanto 326 projetos estão em fase de preparação, no valor estimado de US\$ 65 bilhões. Esta Carteira de Projetos é revisada anualmente e as informações correspondentes a cada um deles são atualizadas regularmente pelos países no [Banco de Dados de Projetos](#).

### **Mecanismos de financiamento de projetos de infraestrutura**

Por sua vez, os mandatários determinaram que o Cosiplan analisasse, em coordenação com o Conselho de Economia e Finanças, a possibilidade de constituir diversos mecanismos da Unasul para financiar projetos de infraestrutura com a participação dos bancos de desenvolvimento regionais.

Nesse contexto, o Cosiplan conta com o Grupo de Trabalho sobre Mecanismos de Financiamento e Garantias, que tem como objetivo identificar as soluções financeiras para a execução eficiente dos projetos da API. Além das instituições que já integram o Comitê de Coordenação Técnica (CCT) da IIRSA (BID, CAF e Fonplata), o Grupo de Trabalho tem previsto incluir a participação de agências nacionais e de outras agências multilaterais de desenvolvimento. Este ano, o Grupo de Trabalho se reuniu em duas oportunidades ([19 de março](#) e [29 de agosto](#), no Rio de Janeiro) com o objetivo de identificar fontes de financiamento para os projetos individuais que integram a API e que se encontram em estado de pré-execução ou execução parcial. As instituições que integram o CCT da IIRSA e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do Brasil foram convidados a participar e apresentar suas linhas de financiamento para projetos de integração física em geral, e da API em particular.

Cabe mencionar que entre 2000 e 2012 o BID financiou 36 projetos de infraestrutura da Carteira de Projetos do Cosiplan-IIRSA, com um investimento estimado de US\$ 4,329 bilhões, dos quais 16 projetos estão em execução e 5 já foram terminados. Destes 36 projetos, 11 pertencem à API.

A integração em matéria de infraestrutura constitui uma das dimensões mais importantes do projeto integracionista planejado pelos governos da América do Sul. A declaração de Paramaribo orienta futuras decisões para potencializar sinergias existentes e solucionar as deficiências de infraestrutura. Um dos grandes desafios desta etapa consiste em garantir o efetivo financiamento para a execução dos projetos identificados, especialmente os da Agenda Prioritária. Para isso deverão ser exploradas formas de cofinanciamento destas obras por meio de estruturas que combinam o financiamento oficial dos governos com outras, tanto de bancos multilaterais quanto do setor privado.

### Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. “[Unasul e a infraestrutura](#)”, em: *Carta Mensal N° 184*, dezembro de 2011.

[1] 4ª Reunião de Presidentes da Unasul. Georgetown, novembro de 2010. Disponível em: <http://www.iirsa.org/Event/Detail?id=168>.

[2] Veja o PAE no site da IIRSA. [www.iirsa.org/pae.asp](http://www.iirsa.org/pae.asp).

[3] Veja a API no site da IIRSA. [www.iirsa.org/api.asp](http://www.iirsa.org/api.asp).

[4] Fonte: Banco de Dados de Projetos do Cosiplan em 4 de setembro de 2013.

[5] Veja a Carteira de Projetos no site da IIRSA. [www.iirsa.org/cartera.asp](http://www.iirsa.org/cartera.asp).

[6] Fonte: Banco de Dados de Projetos do Cosiplan em 4 de setembro de 2013.

# Unasul apoia a Rede de Conectividade Sul-Americana para a Integração

No dia 9 de agosto foi realizada a [3ª Reunião de Ministros de Comunicações da União de Nações Sul-Americanas \(Unasul\)](#) no âmbito do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan) em Lima, Peru. Na [declaração conjunta](#), as autoridades destacaram que o aproveitamento dos benefícios da economia digital depende cada vez mais das facilidades para dispor de internet de banda larga. Por isso, reconheceram a necessidade de apoiar o avanço da Rede para a Conectividade Sul-Americana para a integração, [aprovada](#) em março de 2012. Este projeto consiste em facilitar a interconexão dos países sul-americanos por meio da construção de infraestrutura de rede de fibra ótica, seja por via terrestre ou cabos submarinos, com o objetivo de reduzir os custos e favorecer a universalização do acesso à internet. É importante mencionar que foi aprovado um convênio entre a Unasul e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a elaboração dos estudos do projeto financiados com a Cooperação Técnica. Além disso, na Cúpula [em Paramaribo](#) realizada no dia 30 de agosto, o Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo dispôs que a Cosiplan e o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) avaliem a cooperação com outros conselhos ministeriais e avancem neste projeto a fim de desenvolver tecnologias regionais, contar com telecomunicações mais seguras e promover a inclusão digital.

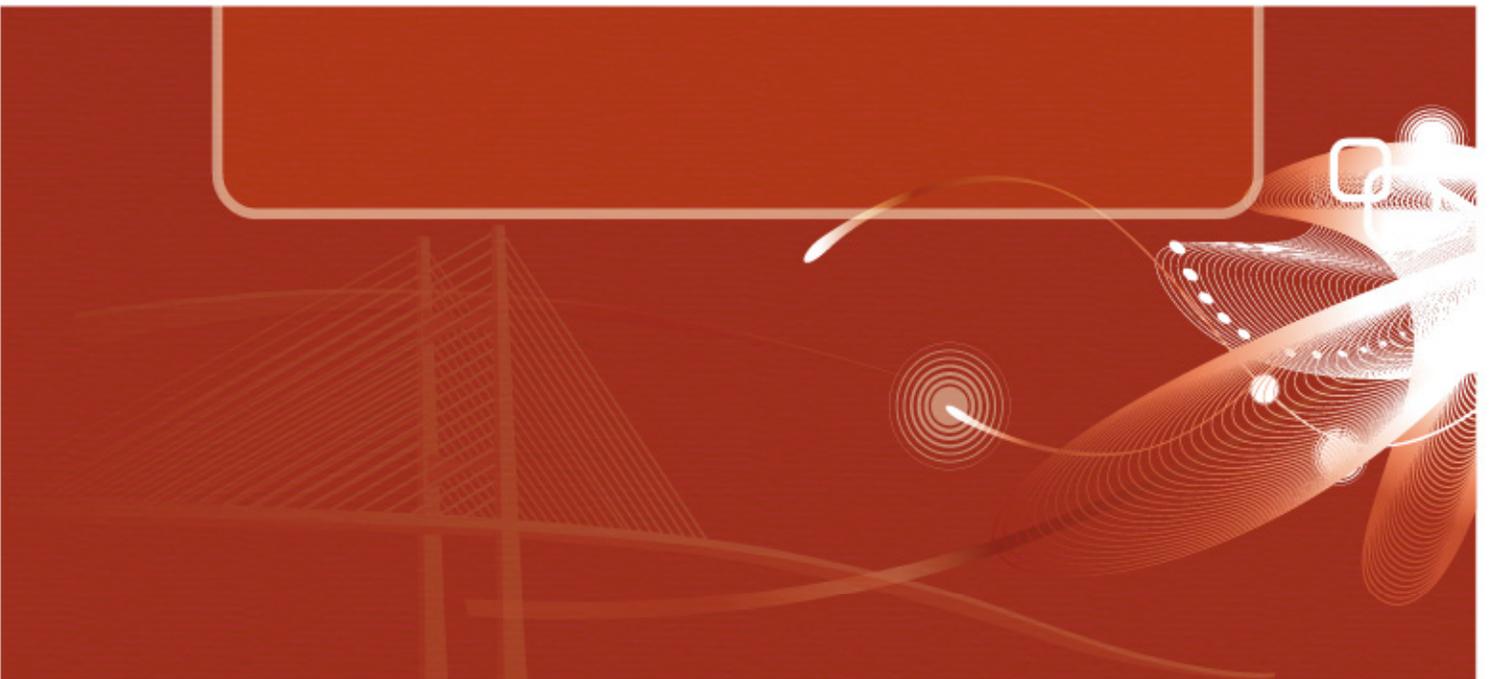
## Textos sobre o assunto:

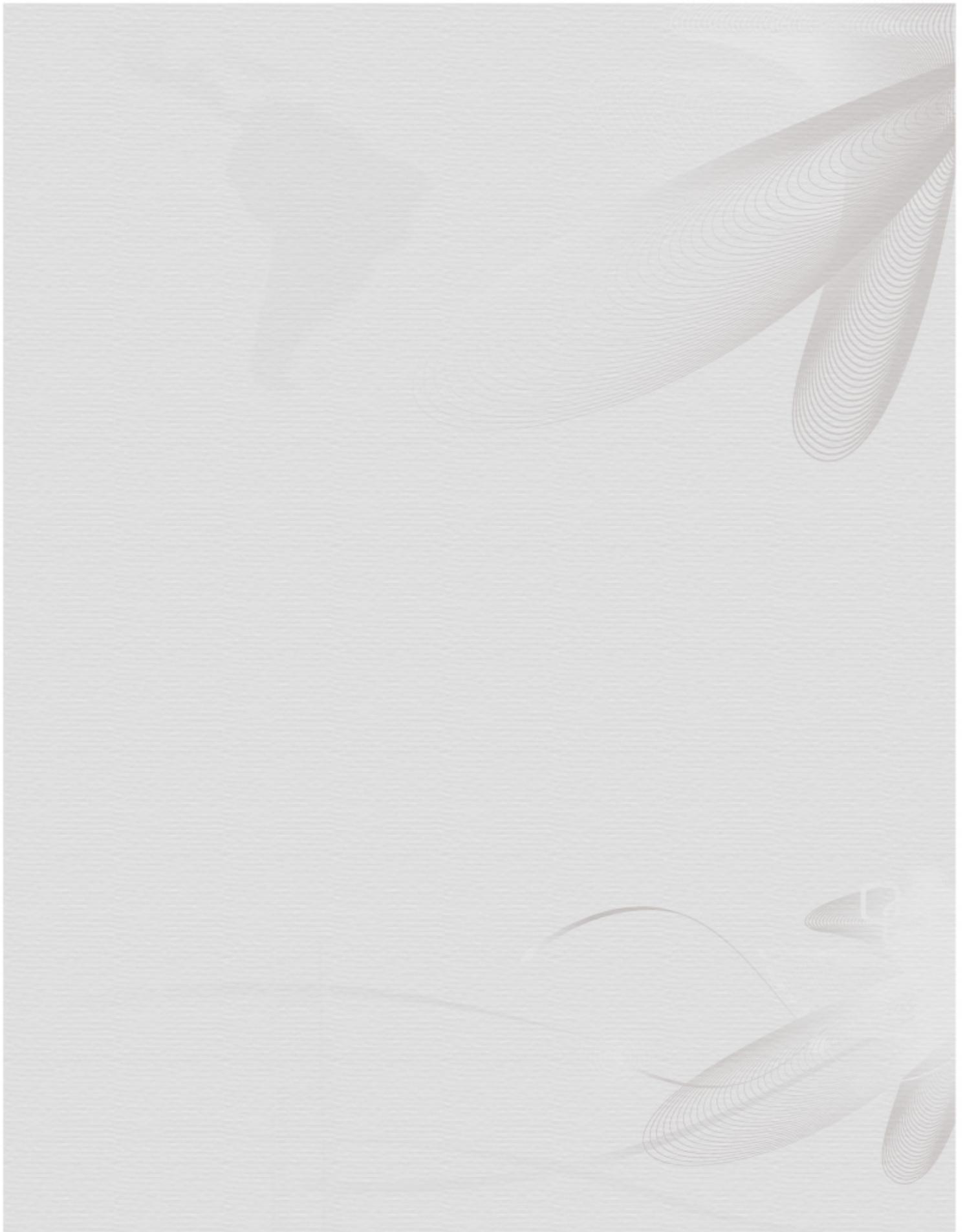
- BID-INTAL. “[3ª Reunião do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento](#)”, em: *Carta Mensal N°196*, novembro de 2012.





# Panorana Regional e Global





# De olho na conferência de Bali: países menos adiantados

Continuando com a revisão dos principais eixos da Conferência da Organização Mundial do Comércio (OMC) a ser realizada em Bali em dezembro deste ano, neste artigo são examinados os avanços e os obstáculos que se apresentam na negociação de questões relacionadas com os países menos adiantados (PMA). Este grupo abrange 34 dos 49 países identificados como dessa categoria pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Os quatro temas centrais se referem a: acesso aos mercados livre de impostos e de cotas, normas de origem, algodão e isenção para os PMAs em serviços.

## **Acesso aos mercados livre de impostos e de cotas**

Na Declaração Ministerial de Hong Kong de 2005, os membros da OMC decidiram que os países desenvolvidos e os em desenvolvimento que estiverem em condições de fazer isso, implementariam um acesso aos mercados livre de impostos e de cotas para os produtos originários dos PMAs. Hoje, a maioria dos países desenvolvidos outorga um acesso pleno ou quase pleno, enquanto vários países em desenvolvimento concederam um grau significativo de acesso. No entanto, o objetivo não foi atingido totalmente. Por isso os PMAs vão apresentar uma proposta na Conferência Ministerial de Bali para que se estabeleça uma data-limite para que os países desenvolvidos permitam o acesso a pelo menos 97% das linhas tarifárias originárias dos PMAs, além de assumir o compromisso de melhorar o acesso progressivamente, e que os avanços sejam examinados anualmente. Quanto aos países em desenvolvimento, a proposta considera que os que já outorguem acesso se comprometam a ampliar a cobertura atual para 97% das linhas tarifárias, e os que ainda não fizeram isso comprometam-se a fornecer acesso.

## **Normas de origem**

A proposta dos PMAs neste quesito, em termos gerais, está de acordo com a Decisão adotada em Hong Kong, em que se dispôs “zelar para que as normas de origem preferenciais aplicáveis às importações procedentes dos PMAs sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso a mercados”. Nesse sentido, os PMAs exigem que as normas de origem não apresentem rigidez nem complexidades por meio da aplicação de medidas não tarifárias, medidas sanitárias e fitossanitárias e outros obstáculos técnicos ao comércio que anulem o acesso preferencial. Além disso, solicitam assistência técnica para cumprir as regulamentações nos países de destino. Em especial, os PMAs propõem um critério específico para a determinação da origem baseada na porcentagem de conteúdo nacional, com exigências inferiores às que em média se aplicam, além de solicitar a possibilidade de acumular origem.

## Algodão

Embora o algodão tenha sido um tema central das negociações sobre agricultura desde 2003, devido à aplicação de políticas que distorcem o comércio, tanto em acesso a mercados como em ajuda interna, não houve avanços relevantes. O projeto de Decisão Ministerial que o grupo dos Quatro do Algodão (Benin, Burkina Faso, Chade e Mali) apresentou na 8ª Conferência Ministerial poderia ser reapresentado em Bali, com algumas modificações. Os pontos centrais das negociações são a eliminação de todas as formas de subvenções à exportação para o algodão, e a concessão de acesso livre de impostos e de cotas para esse produto e seus derivados oriundos dos PMAs, que provavelmente continuarão fazendo parte da proposta.

Outro assunto prioritário da negociação é a assistência ao desenvolvimento desses países, a qual aumentou de US\$ 389 para US\$ 453 milhões em junho. Os PMAs consideram que ainda é insuficiente.

## Serviços

Na 8ª conferência ministerial da OMC foi decidido que os países desenvolvidos e em desenvolvimento dessem um tratamento preferencial aos serviços e fornecedores de serviços dos PMAs, fazendo uma exceção ao tratamento de nação mais favorecida do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (AGCS) de 1994; essa exceção duraria 15 anos a partir do momento da sua implementação. No entanto, essa decisão não foi aplicada. Portanto, a proposta para Bali é identificar mais precisamente os setores que podem exportar serviços nos PMAs e realizar uma solicitação conjunta aos países que possam outorgar preferências nesses setores.

## Bibliografia:

- OMC. [“Novena Conferencia Ministerial de la OMC, Bali \(Indonesia\), 3-6 de diciembre de 2013. Paquete PMA para Bali”](#). 31 de maio de 2013.
- OMC. [“Los productores de algodón africanos lamentan la falta de progreso en las negociaciones pero acogen con satisfacción una ayuda más eficaz y específica”](#). Matéria de imprensa, 21 de junho de 2013.
- OMC. [“Lamy: el camino a Bali se ha despejado notablemente en estos dos meses”](#). Matéria de imprensa, 22 de julho de 2013.

# 19ª Rodada de negociações do Acordo de Associação Transpacífico

De 23 a 30 de agosto foi realizada a 19ª rodada de negociações do Acordo de Associação Transpacífico (TPP, sigla em inglês) na capital do Brunei Darussalam, Bandar Seri Begawan. Um [comunicado](#) dos ministros de comércio e altas autoridades do Acordo e um [resumo](#) dos avanços destacaram o trabalho técnico dos negociadores nos textos de acesso a mercados, regras de origem, investimentos, serviços financeiros, propriedade intelectual, concorrência e meio ambiente, entre outros. Os negociadores se reunirão em Bali, Indonésia durante a próxima cúpula do Fórum de Cooperação Ásia-Pacífico (Apec, sigla em inglês) em outubro próximo.

## Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. “[Acordo de Associação Transpacífico decidiu esquema de negociação](#)”, em: *Carta Mensal N°184*, dezembro de 2011.
- BID-INTAL. “[Acordo de Associação Transpacífico: México e Canadá se incorporam às rodadas de negociações](#)”, em: *Carta Mensal N°194*, outubro de 2012.
- BID-INTAL. “[Como as negociações de mega-acordos influirão na América Latina?](#)”, em: *Carta Mensal N° 204*, agosto de 2013.

## Aliança do Pacífico: acordos para a integração comercial e financeira

No âmbito da 9ª Reunião Ministerial da Aliança do Pacífico (AP) realizada em 25 e 26 de agosto na Riviera Maia, México, os chanceleres e ministros de comércio do Chile, Colômbia, México e Peru [anunciaram](#) a conclusão das negociações comerciais. O acordo alcançado contempla a desoneração imediata de 92% do universo tarifário (quando o instrumento entrar em vigência) – os 8% restantes serão desonerados de acordo com o que for acertado pelas partes - e consta de disciplinas sobre acesso a mercados, regras de origem, facilitação do comércio, obstáculos técnicos ao comércio, medidas sanitárias e fitossanitárias, serviços e investimentos e compras públicas. O processo concluído será apresentado no dia 25 de setembro em um Fórum Empresarial da AP que se realizará em Nova York, no âmbito da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, com o objetivo de promover a AP aos investidores.

Por sua vez, em 23 e 24 de agosto foi realizado em Santiago do Chile o Primeiro Encontro de Ministros da Fazenda da AP, no qual foram [acordados](#) temas tais como a integração financeira, o intercâmbio de informações tributárias e financeiras e a interconexão dos guichês únicos de comércio exterior do bloco. Como destaque, o México se incorporou como novo membro do [Mercado Integrado Latino-Americano](#) (Mila), iniciativa que agrupa o segmento de renda variável das bolsas de valores do Chile, Peru e Colômbia. Também se acordou facilitar o investimento dos fundos de pensões entre os países da AP, além de fazer as modificações regulatórias necessárias para permitir a realização de ofertas primárias e a incorporação de novos instrumentos (como de renda fixa e cotas de fundos de investimento) no mercado integrado.

Desde o início das operações, em maio de 2011, até julho de 2013 foram realizadas 3.803 transações por meio da infraestrutura Mila, pelo valor de US\$ 126,6 milhões. As três ações mais negociadas no mercado integrado foram as da Falabella (com um valor negociado de US\$ 55,6 milhões), Aguas Andinas (US\$ 9 milhões) - ambas chilenas - e Ecopetrol (US\$ 8,9 milhões) - colombiana.

Com a concretização da incorporação do México, a capitalização da bolsa do Mila atingiria um patamar semelhante ao da Bolsa de Valores do Brasil, que é o maior da América Latina e do Caribe (US\$ 1,081 bilhão e US\$ 1,005 bilhão, respectivamente) (dados de julho de 2013, FIAB).



### Bibliografia:

- FEDERACIÓN IBEROAMERICANA DE BOLSAS (FIAB). “Informe estadístico mensual”, julio de 2013.
- MERCADO LATINOAMERICANO INTEGRADO (MILA). “Cifras mercados MILA Julio de 2013”, em: *MILA NEWS N° 22*, agosto de 2013.

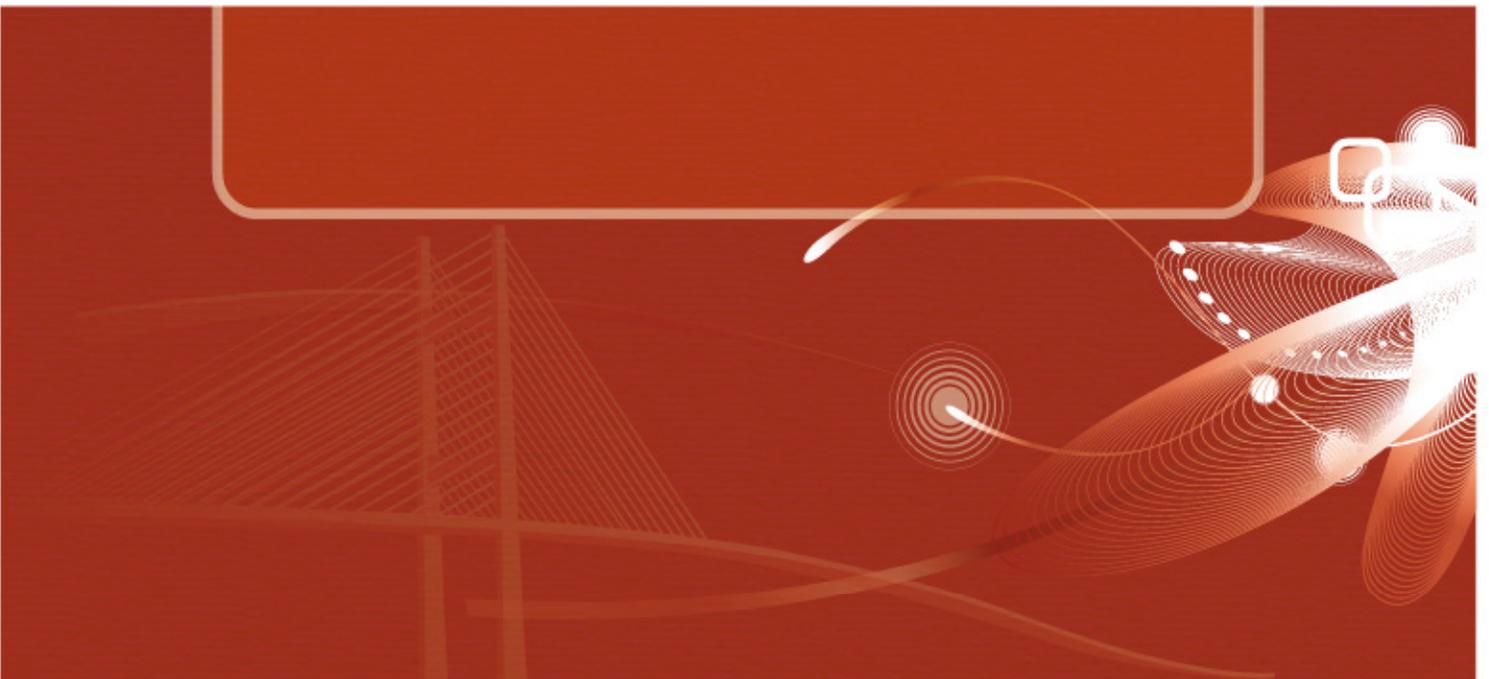
### Textos sobre o assunto:

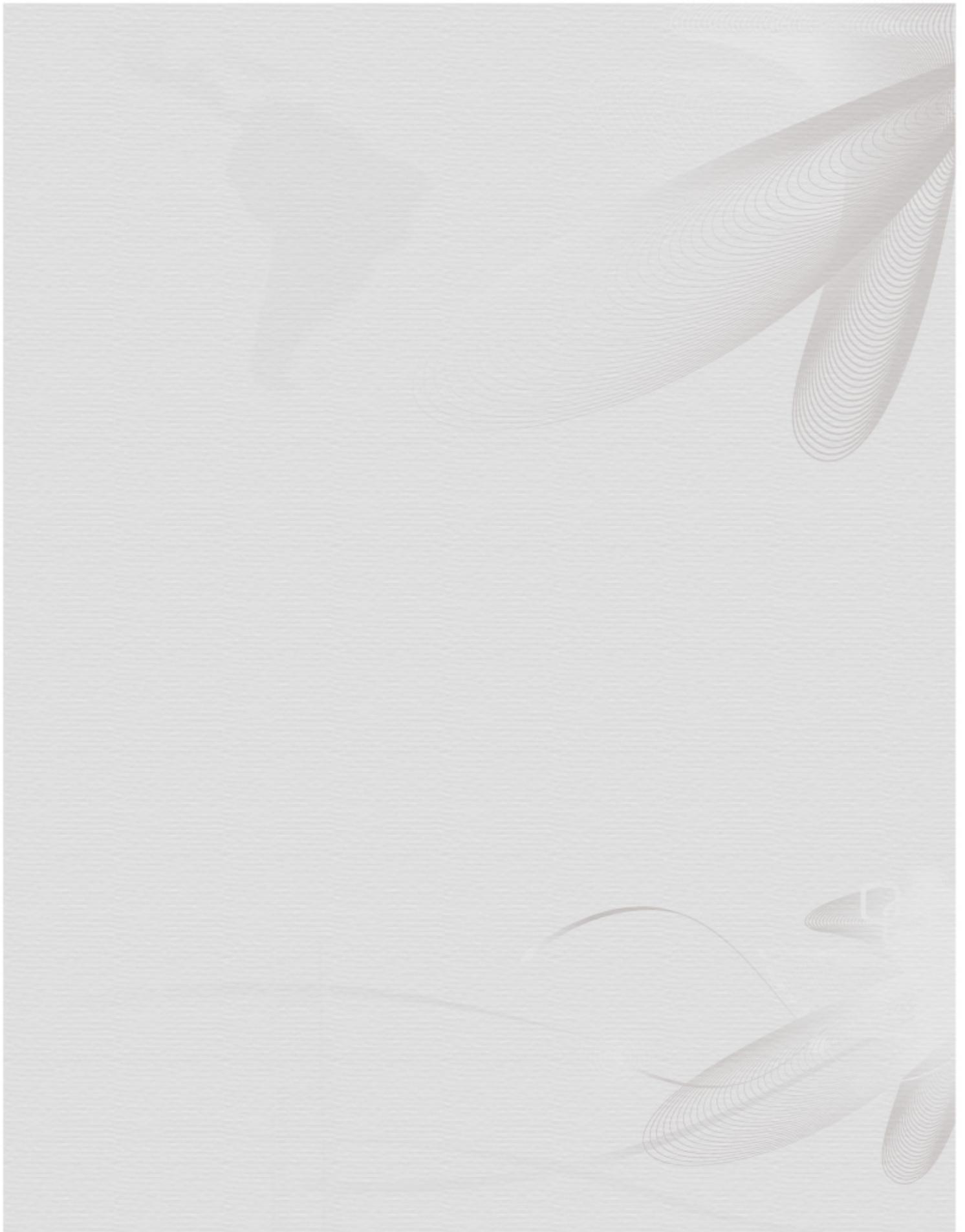
- BID-INTAL. “[Processo de integração das bolsas do Chile, Colômbia e Peru](#)”, em: *Carta Mensal N° 172*, dezembro de 2010.





# Setor de Integração e Comércio





# A cooperação Sul – Sul nos acordos comerciais da região: Nova atualização de Instrumentos Jurídicos de Integração

O Intal atualizou o banco de dados dos [Instrumentos Jurídicos de Integração](#) (IJI) do [InTradeBID](#) com as novidades das negociações comerciais realizadas de 1º de maio a 31 de julho de 2013. Os IJI são uma compilação de textos normativos, comentários e acompanhamento dos compromissos jurídicos básicos dos diversos processos de integração da América Latina e do Caribe que é atualizada em pacotes trimestrais, incorporando as informações dos períodos encerrados nos meses de janeiro, abril, julho e outubro.

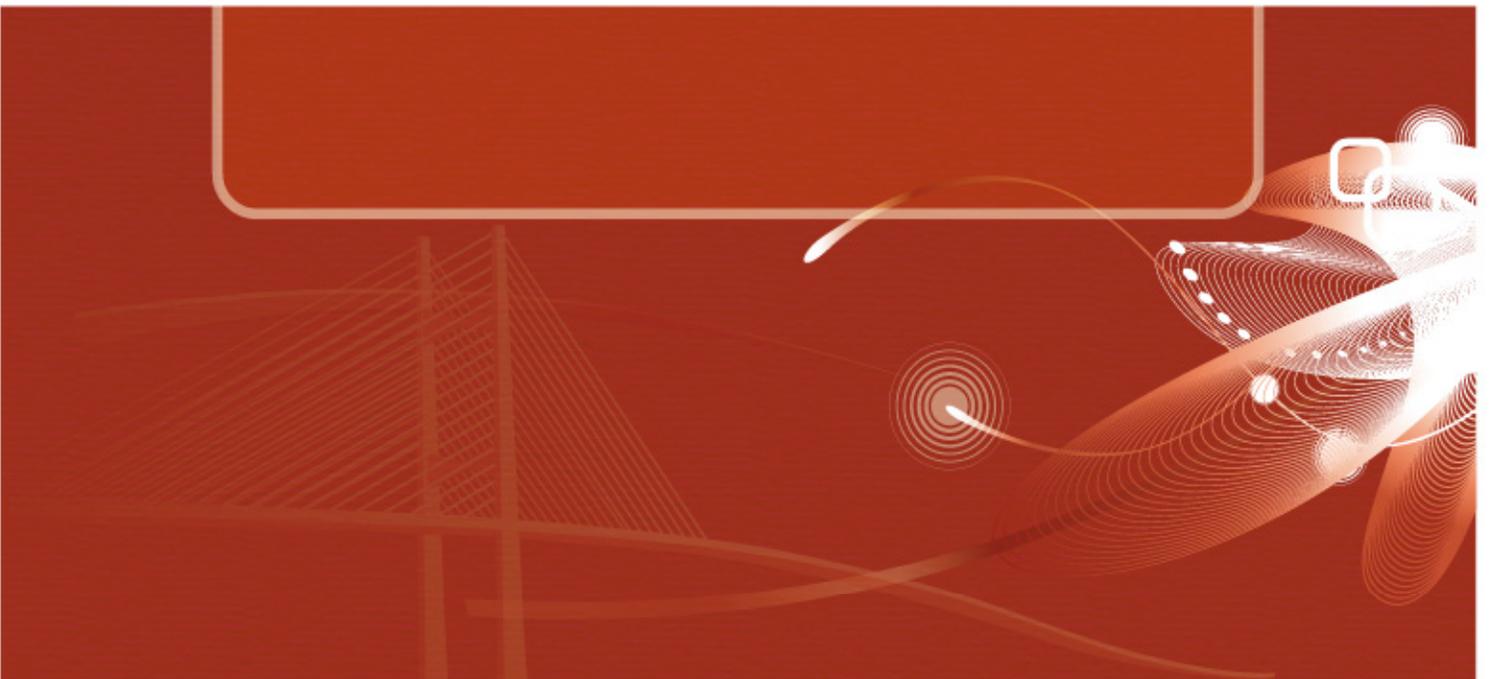
Entre as novidades a destacar neste período estão os seguintes acontecimentos:

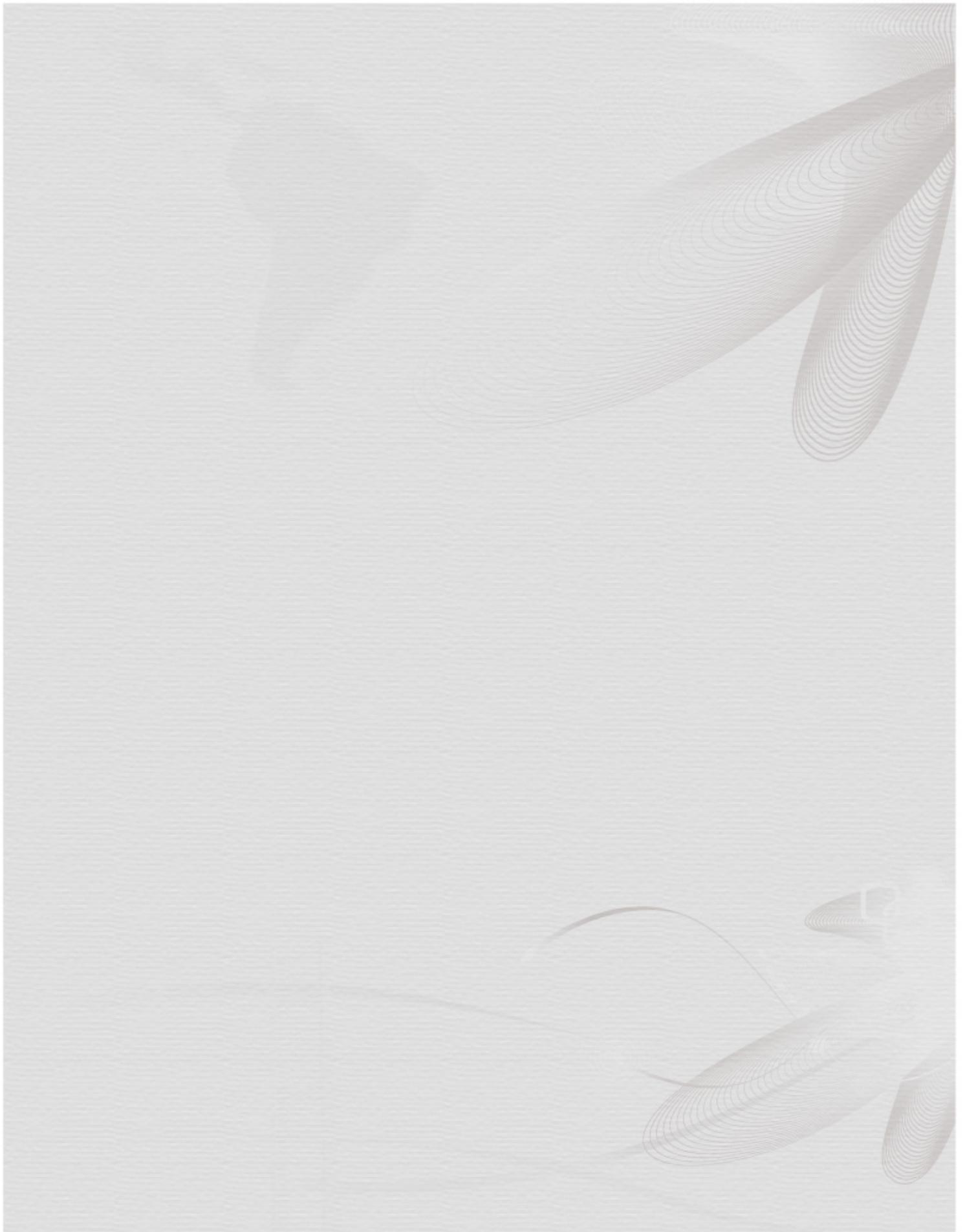
- A entrada em vigor dos TLCs [Costa Rica-Peru](#), [Costa Rica-Cingapura](#), [UE-Colômbia](#), [UE-Panamá](#), [Nicarágua e Honduras](#) e o Acordo de Alcance Parcial (AAP) [Peru-Venezuela](#).
- A assinatura dos acordos [Costa Rica-Colômbia](#), [Colômbia-Israel](#) e [Costa Rica e Panamá-EFTA](#) e a conclusão das negociações entre a [Colômbia e o Panamá](#).
- A 7ª Cúpula da [Aliança do Pacífico](#).
- As negociações do [Acordo Estratégico Transpacífico](#) (TPP, sigla em inglês).
- A assinatura do Acordo-Quadro de Comércio e Investimento entre a [Caricom e os Estados Unidos](#).
- A assinatura dos Acordos-Quadro de Associação entre o [Mercosul e o Suriname e a Guiana](#) durante a 45ª Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC).





# Outras Atividades do BID







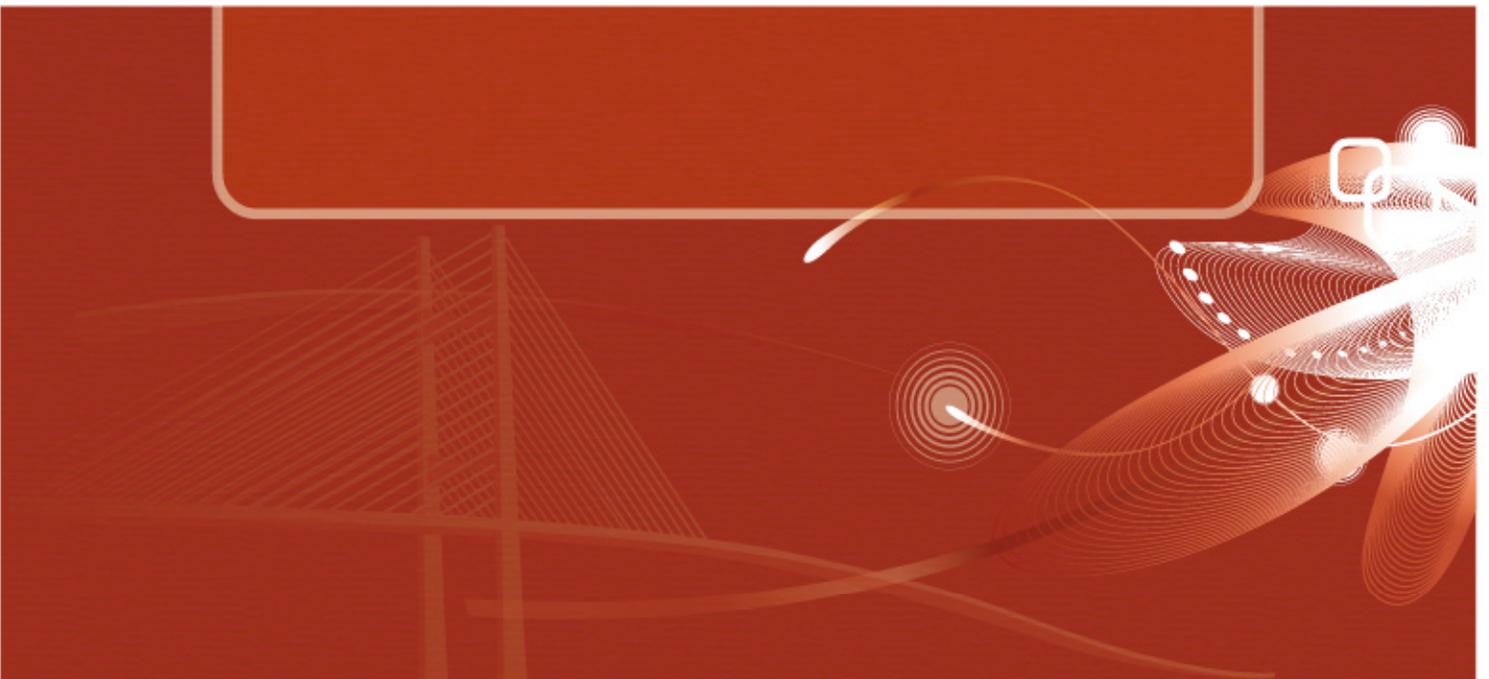
## BID oferece curso para jornalistas sobre urbanização na América Latina e o Caribe

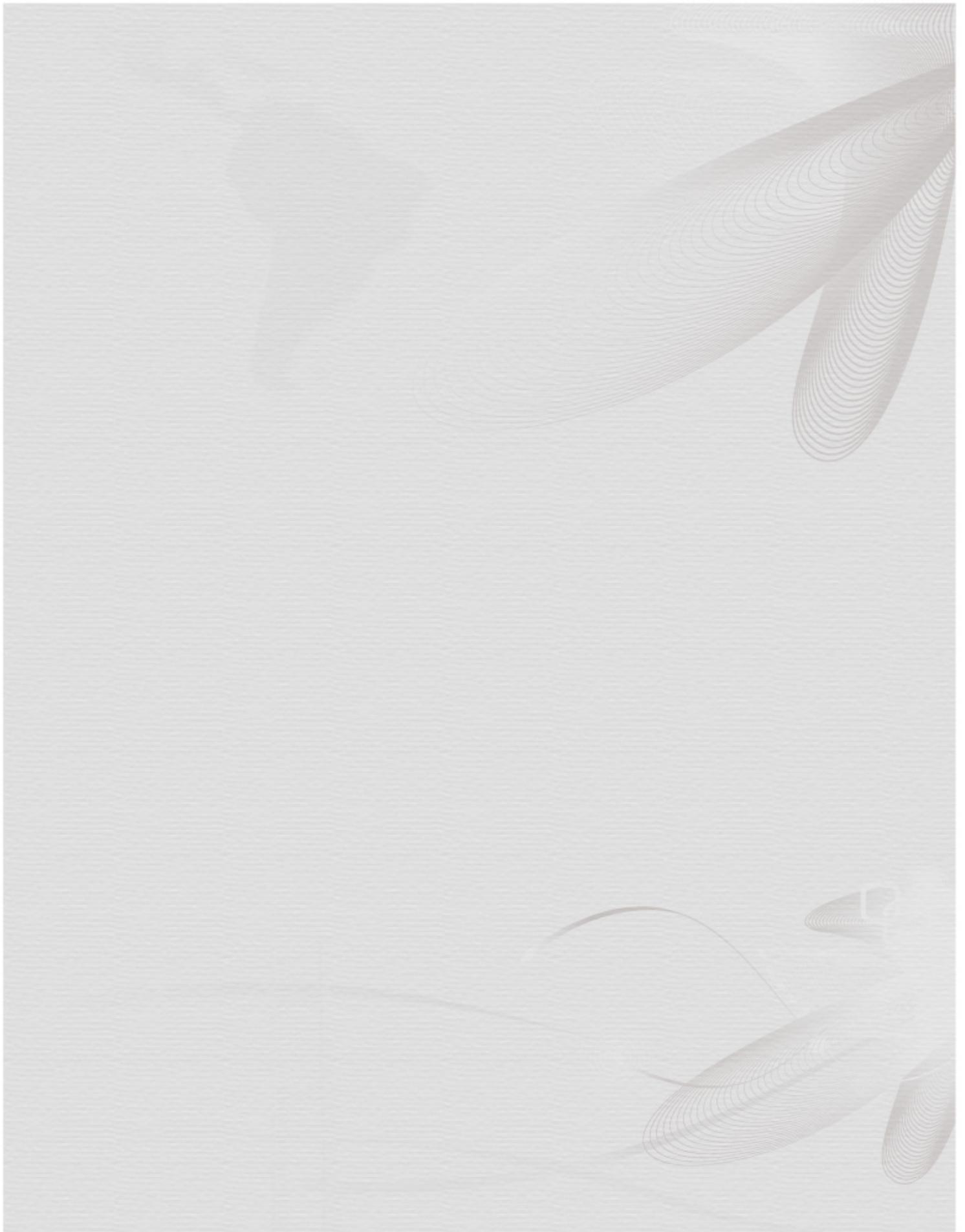
Estão abertas as inscrições para curso online para jornalistas sobre desenvolvimento urbano na América Latina e o Caribe. O curso, oferecido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em conjunto com a Sociedade Interamericana da Imprensa (SIP), será ministrado pelo Centro Internacional para os Jornalistas, e acontecerá nos meses de outubro e novembro ([link](#)).





# Centro de Documentação INTAL







## Reseñas Bibliográficas

### CEPAL; BID; OEA. Experiencias exitosas en innovación, inserción internacional e inclusión social. Una mirada desde las PYMES. Santiago: Cepal, Setembro 2011.

Esta é uma publicação conjunta do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal), que foi apresentada na quarta Reunião Ministerial da iniciativa Caminhos para a Prosperidade nas Américas, realizada em São Domingos, em outubro de 2011.

O documento reúne diferentes lições e experiências bem-sucedidas com base em estudos de caso para o desenvolvimento das pequenas e médias empresas (PMEs), e enfoca temáticas distintas, tais como sua articulação produtiva, o acesso ao crédito e ao mercado global, a facilitação do comércio, a preparação da mão de obra baseada em uma educação de qualidade e o desenvolvimento de práticas empresariais sustentáveis.

O documento descreve vários programas realizados para impulsionar a internacionalização das PMEs na região e incentivar assim o aumento da sua produtividade. Embora nesta resenha se destaquem quatro das iniciativas do BID (tanto programas como publicações), o trabalho também descreve outras realizadas pelos governos e por outras organizações, como a OEA e a Cepal. Por meio do Fundo Multilateral de Investimentos (Fomin), o BID desenvolveu o [Sistema de facilitação de acesso a mercados internacionais para pequenos e médios produtores rurais](#). Este programa trabalhou com 129 PMEs por meio do esboço de planos de negócios, da formação de grupos associativos, e da implementação de normas de qualidade que permitiram o acesso dos produtores ao mercado internacional.

No informe [Odisseia nos mercados internacionais: Uma avaliação da efetividade da promoção de exportações na América Latina e Caribe](#), o BID estudou um conjunto de organizações de promoção de exportações de mais de 30 países. A partir de métodos econométricos, com bancos de dados em nível de empresas, a pesquisa concluiu que a promoção de exportações tem um impacto positivo sobre a diversificação das vendas externas das empresas, especialmente sobre o número de países de destino e, até certo ponto, sobre o número de produtos exportados. O trabalho assinala que o impacto da promoção de exportações se concentra nas empresas que vendem bens diferenciados.

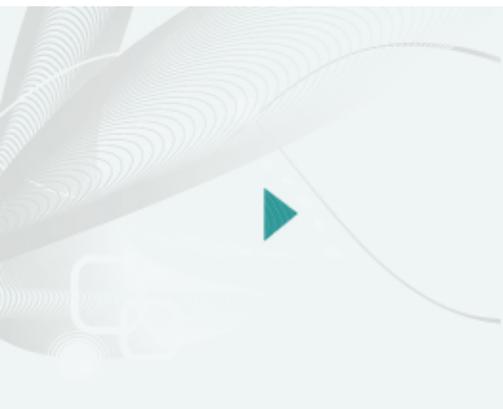


Além disso, sugere que o apoio integral das agências de exportações ao longo de todo o processo exportador parece ser mais efetivo do que a implementação de ações isoladas, como feiras ou missões comerciais.

Outro programa, realizado pela Corporação Interamericana de Investimentos (CII) do Grupo BID, denominado [FINPYME ExportPlus](#), tem como objetivo melhorar o acesso das PMEs aos mercados de exportação, por meio de assistência técnica, com base em três pilares: (i) as certificações relacionadas com os padrões de qualidade, (ii) as melhoras do aparelho produtivo das empresas para identificar e atender deficiências, aumentar a produtividade e melhorar os bens e serviços oferecidos; e (iii) o desenvolvimento de capacidades gerenciais. O programa foi lançado em 2009 na Guatemala, e se estendeu a outros países da América Central e do Caribe.

Em 2008, o BID e a Fundação para o Desenvolvimento Econômico e Social (Fundes) realizaram o estudo “[Sucesso exportador, inovação e impacto social. Um estudo exploratório de PMEs exportadoras latino-americanas](#)” baseado em pesquisas realizadas em 400 PMEs da Argentina, Chile, Colômbia e Costa Rica. A pesquisa revela que existe um vínculo positivo entre a inovação e o sucesso exportador. O estudo constatou que as PMEs exportadoras bem-sucedidas realizam mais esforços em atividades de inovação e obtêm melhores resultados. Esta conclusão tem implicações para as políticas públicas: apoiar ou financiar atividades de inovação pode fortalecer a capacidade exportadora das empresas.

Por se basear em estudos de caso e experiências, a contribuição desta publicação consiste em ressaltar os efeitos das políticas e dos programas específicos realizados, e as motivações que justificam tais programas, e não pretende apresentar uma análise integral das barreiras que as PMEs enfrentam para o seu crescimento na região. O estudo é uma ferramenta para os *policy makers* e responsáveis de organismos internacionais, útil para desenhar programas voltados para superar os problemas das PMEs, em especial os destinados a promover a sua internacionalização.

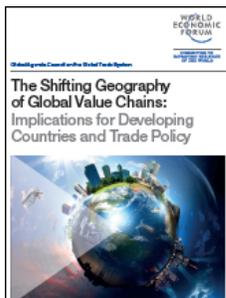


## Alerta Bibliográfico

Esta alerta difunde informação sobre os documentos registrados na base de dados do Centro de Documentação do INTAL (CDI), destacando algumas publicações, e proporcionando links a boletins e revistas de acesso aberto que constam no período citado. Clique [aqui](#).

## Bibliografía Destacada del Mes

**\*The Shifting Geography of Global Value Chains: Implications for Developing Countries and Trade Policy. Edición: Ginebra: WEF, 2012 [40 p.]**



**The Shifting Geography of Global Value Chains: Implications for Developing Countries and Trade Policy. Edición: Ginebra: WEF, 2012 [40 p.]**

Título: The Shifting Geography of Global Value Chains : Implications for Developing Countries and Trade Policy

Edición: Ginebra: WEF, 2012 [40 p.]

Temas: <CADENAS DE VALOR><POLITICA COMERCIAL><ECONOMIA INTERNACIONAL><INTEGRACION ECONOMICA><PAISES EN DESARROLLO><COMERCIO INTERNACIONAL>

Resumen: Two broad, contradictory trends are at work in the global economy. First, economic globalization through multinational corporation (MNC) production networks continues apace. This promotes global economic convergence and integration. The global value chains they operate have become the world economy's backbone and central nervous system. However, the second trend pertaining to economic crisis policy responses is one of divergence. Associated with this is the everpresent threat of a destructive spiral of protectionism and consequent disintegration. That would have serious consequences for the global economy, particularly the most vulnerable and trade-dependent states. This highlights the critical role the World Trade Organization (WTO) has played in stemming the tide of protectionism. Unfortunately, WTO member states remain unable to conclude the Doha Development Round, throwing the WTO's continued centrality to the global trading system into sharp



relief. Fortunately, the resilience and increased interdependence of the global economy also played a key role in containing protectionism: governments quickly realized the futility of discriminatory stimuli and the cost of raising barriers on intermediate goods on which whole segments of domestic industries depend. The increasing importance of global production chains is reflected in the rising trade in intermediate inputs, which now represent more than half of the goods imported by OECD economies and close to three-fourths of the imports of large developing economies, such as China and Brazil. Imported inputs also account for a significant chunk of exports, blurring the line between exports and imports as well as between domestic products and imports. As part of global production chains, products at different stages of value added may be imported and re-exported multiple times, increasing the size of reported exports and imports relative to global and national value added. In advanced countries, this effect is reinforced by the fact that imports can contain a significant portion of inputs — including intellectual property, brand-development, etc. — originally sourced at home; in developing countries, imports of components and machines are crucial vehicles for absorption of technologies.

**Nota de contenido:**

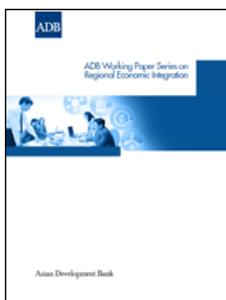
Summary and Recommendations [p. 4]  
China and the Global Supply Chain in Historical Perspective [p. 10]  
Global Manufacturing Value Chains and Trade Rules [p. 16]  
Services and Global Value Chains [p. 18]  
Case-study 1: General Electric Corporation - Advanced Manufacturing in Perspective [p. 24]  
Case-study 2: Socota Group - Sub-Saharan Africa in the Global Apparel Value Chain [p. 27]  
Broader Implications of the Growing Trade in Intermediates [p. 31]  
References [p. 34]  
Endnotes [p. 35]

**Accesos al documento:**

**E 338.3 / WEF-SHI / 2012**

Documento Electrónico [texto completo](#). Si no pudo acceder haga click [aqui](#)

**\*The Role of International Trade in Employment Growth in Micro and Small Enterprises: Evidence from Developing Asia. Edición: Manila: ADB, August 2013 [49 p.]**



**The Role of International Trade in Employment Growth in Micro and Small Enterprises: Evidence from Developing Asia. Edición: Manila: ADB, August 2013 [49 p.]**

**Autor:**Krüger, Jens

**Título:**The Role of International Trade in Employment Growth in Micro and Small Enterprises : Evidence from Developing Asia

**Edición:**Manila: ADB, August 2013 [49 p.]

**Serie:**ADB Working Paper Series on Regional Economic Integration; 115

**Temas:**<COMERCIO INTERNACIONAL><MICROEMPRESAS, MIPYMES><PEQUEÑAS Y MEDIANAS EMPRESAS, PYMES><MERCADO DE TRABAJO>

**JEL:**O12

**Geográficos:**<ASIA>

**Resumen:**This paper examines the role of international trade in employment growth in micro and small enterprises using a representative sample of manufacturing firms in six Southeast Asian countries. After controlling for firm and individual characteristics as well as country and sector dummies, participation in international trade plays a significant role in explaining this growth, boosting firm level growth by 3 percent per year on average. The fact that firms start exporting quickly after their foundation suggests that reverse causality is not an issue for our estimates. However, biases arising from unobserved heterogeneity cannot be ruled out. Therefore, we exploit the fact that firms were exposed to unexpected variation in real exchange rates between 2005 and 2008 to investigate the causal relationship between trade and employment growth. The results are not conclusive, but they do not suggest that the relationship is driven by unobserved heterogeneity.

**Nota de contenido:**

1: Introduction [p. 1]

2: Literature Review [p. 2]

2.1: Empirical Evidence of Heterogeneous MSE Growth Patterns [p. 2]

2.2: What Constraints Impede MSE Growth? [p. 3]

3: Empirical Analysis [p. 7]

3.1: General Enterprise Characteristics [p. 7]

- 
- 3.2: Enterprise Growth and the Role of Initial Firm Size [p. 8]
  - 3.3: What Role Does Participating in International Trade Play in Employment Growth? [p. 9]
  - 3.4: Who are the Top Performers in Terms of Employment Growth? [p. 14]
  - 4: Conclusion and Policy Outlook [p. 16]

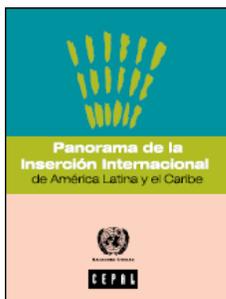
**Accesos al documento:**

**eHM ADB.REGIONAL-DT 115 [2013]**

Documento Electrónico

[texto completo](#). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)

## \*CEPAL. El Panorama de Inserción Internacional de ALC 2013.



### CEPAL. El Panorama de Inserción Internacional de ALC 2013.

**Título:** Panorama de la Inserción Internacional de América Latina y el Caribe 2013 : Lenta poscrisis, meganegociaciones comerciales y cadenas de valor : El espacio de acción regional [Documento informativo]

**Otros responsables:** Comisión Económica para América Latina y el Caribe, CEPAL

**Edición:** Santiago de Chile: CEPAL, Septiembre 2013 [57 p.]

**Serie:** Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe

**Temas:** <INTEGRACION ECONOMICA><COMERCIO INTERNACIONAL><COOPERACION REGIONAL><CADENAS DE VALOR><POLITICA COMERCIAL INTERNACIONAL><NEGOCIACIONES COMERCIALES>

**Geográficos:** <AMERICA LATINA><CARIBE>

**Resumen:** La edición 2013 del Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe, titulado 'Lenta poscrisis, meganegociaciones comerciales y cadenas de valor: el espacio de acción regional', se divide en tres capítulos. En el primer capítulo se revisan los principales rasgos de la persistente debilidad que exhiben la economía y el comercio mundiales y se examina la evolución y perspectivas del comercio mundial y regional. En el segundo capítulo se hace un examen de las principales transformaciones de la organización de la producción y el comercio mundial asociadas al fenómeno de las redes internacionales de producción, las que están en la raíz de las actuales negociaciones megaregionales. Seguidamente se revisan tres procesos de particular importancia: el Acuerdo Transatlántico sobre Comercio e Inversión entre los Estados Unidos y la Unión Europea; el Acuerdo de Asociación Transpacífico, que incluye a 12 países de América Latina, América del Norte, Asia y Oceanía; y la Asociación Económica Integral Regional, que reúne a los diez países miembros de la Asociación de Naciones de Asia Sudoriental (ASEAN), Australia, China, la India, el Japón, Nueva Zelandia y la República de Corea. Finalmente, en el capítulo III se analiza la participación de los países de América Latina y el Caribe en redes internacionales de producción y cadenas de valor.

**Nota general:** En este Documento Informativo sólo se presenta el Capítulo 1.

**Nota de contenido:**

**Presentación** [p. 5]

**Síntesis** [p. 7]

**Capítulo I:** La débil economía mundial afecta al comercio latinoamericano y caribeño [p. 23]

**A:** La economía global mantiene su debilidad [p. 25]

**B:** Los países industrializados seguirán con un crecimiento bajo [p. 29]

**1:** La favorable coyuntura financiera contrasta con la débil economía real [p. 29]

**2:** El difícil panorama fiscal y financiero en la zona del euro [p. 33]

**3:** Los Estados Unidos: recortes fiscales frenan el crecimiento [p. 33]

**4:** El inédito plan 'abonomics' para levantar el Japón [p. 35]

**C:** Los países en desarrollo se desaceleran [p. 36]

**1:** Los países BRICS [p. 36]

**2:** Los desafíos del rebalanceo de la economía china [p. 38]

**3:** El resto de Asia también modera su crecimiento [p. 40]

**D:** El comercio internacional continúa afectado por la débil demanda mundial [p. 42]

**1:** El crecimiento del comercio en 2013 mejoraría apenas en relación con 2012 [p. 42]

**2:** La política comercial [p. 46]

**E:** El comercio latinoamericano y caribeño [p. 48]

**1:** Evolución del comercio exterior en el primer semestre de 2013 [p. 48]

**2:** Proyecciones de crecimiento del comercio exterior en 2013 [p. 50]

**Bibliografía** [p. 55]

**Accesos al documento:**

**HM CEPAL-PAN.INS.INT. [2013]**

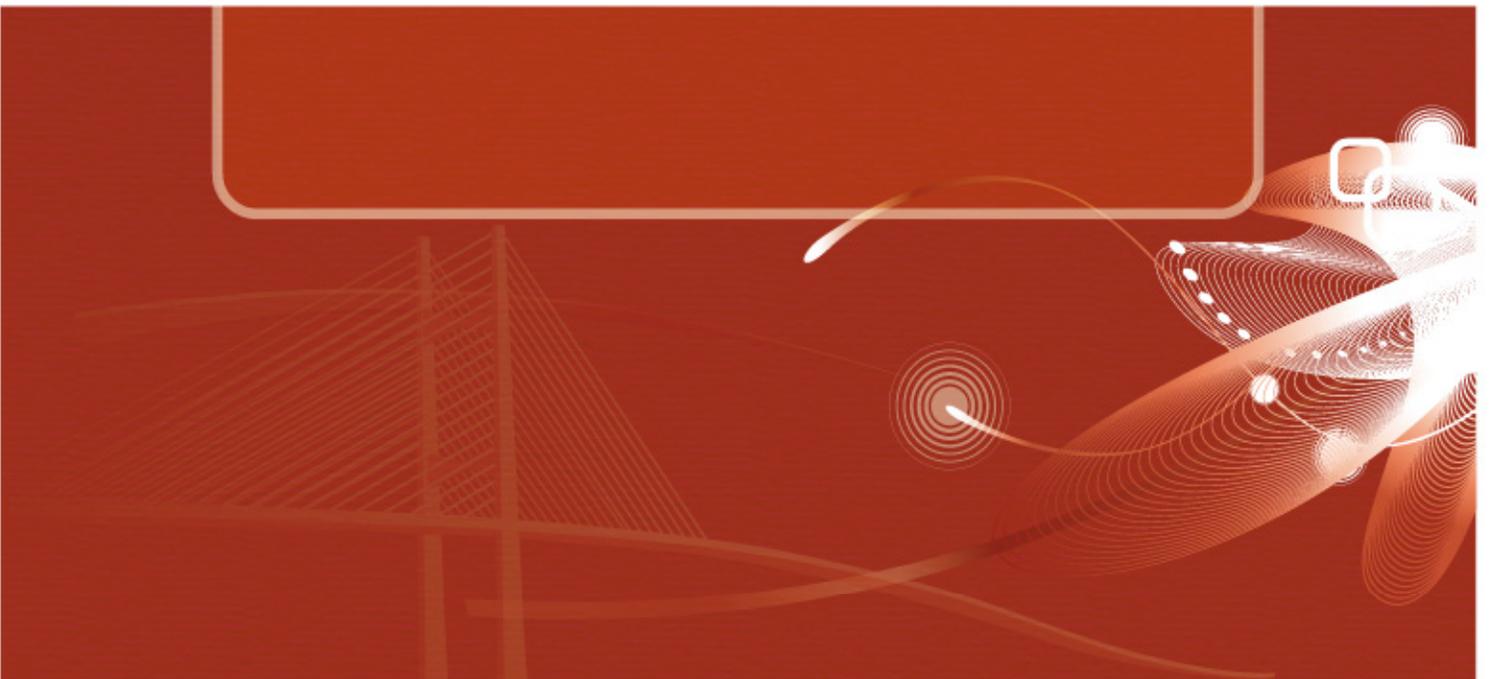
Documento Electrónico

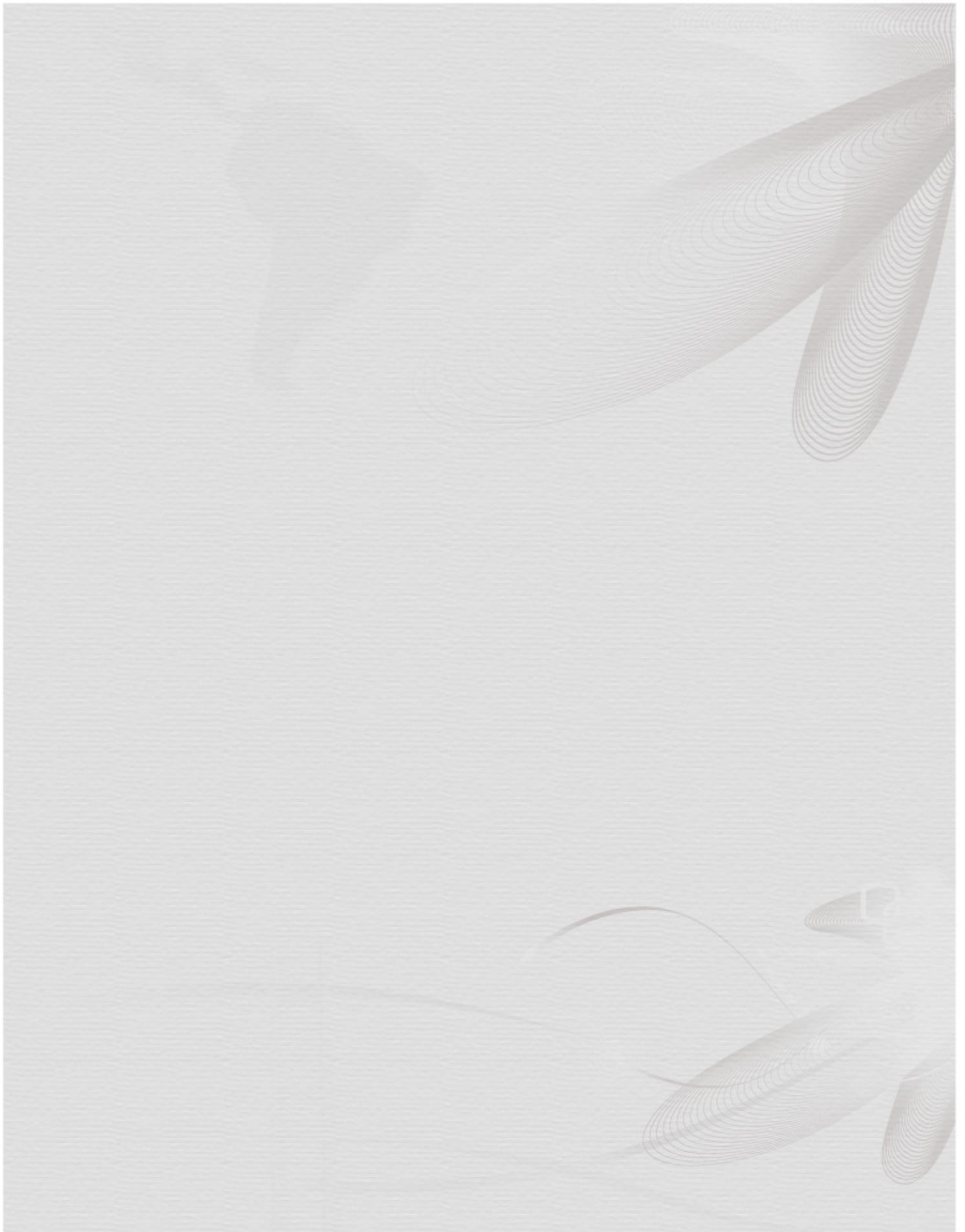
Documento informativo ([texto completo](#)). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)





# Redação





*Esta Carta Mensal é publicada no formato pdf para ser consultada de maneira gratuita na página do BID-INTAL na internet.*

**Conselho Diretor:**

*Antoni Estevadeordal  
Graciela Schamis*

**Coordenação:**

*Alejandro Ramos Martínez*

**Assessoria técnica:**

*Rosario Campos  
Romina Gayá  
Andrea Kobylnik  
Kathia Michalczewsky  
Carolina Osorio Duque  
Pablo Palumbo  
Verónica Toscani*

**Assistência compilação material:**

*Andrea Benítez  
Enzo Di Muro  
Eugenia Piasentini*

**Edição:**

*Susana Filippa  
Pablo Palumbo  
Julieta Tarquini*

**Edição Web:**

*Federico Mazzella  
Pedro Grondona*

*R.P.I.: 5095066  
ISSN: 1027-1899*

Esta é uma publicação mensal propriedade do Instituto para Integração da América Latina e do Caribe, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID-INTAL). Todos os direitos reservados.

Fontes de informação: Comunicados para a Imprensa e Boletins de: AEC; ALADI; BID; CARICOM; Comunidade Andina; Euro-Lat; Grupo do Rio; MERCOSUL; PARLATINO; SELA; SG-SICA; SIECA. Organismos oficiais e internacionais. Arquivos de Imprensa do INTAL.

As opiniões expressas nesta publicação são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a posição do Banco Interamericano de Desenvolvimento, de seu Conselho de Administração, ou dos países que eles representam.

O uso não autorizado para fins comerciais de documentos do Banco é proibido, e pode ser punido no âmbito das políticas do Banco e/ou das leis aplicáveis.

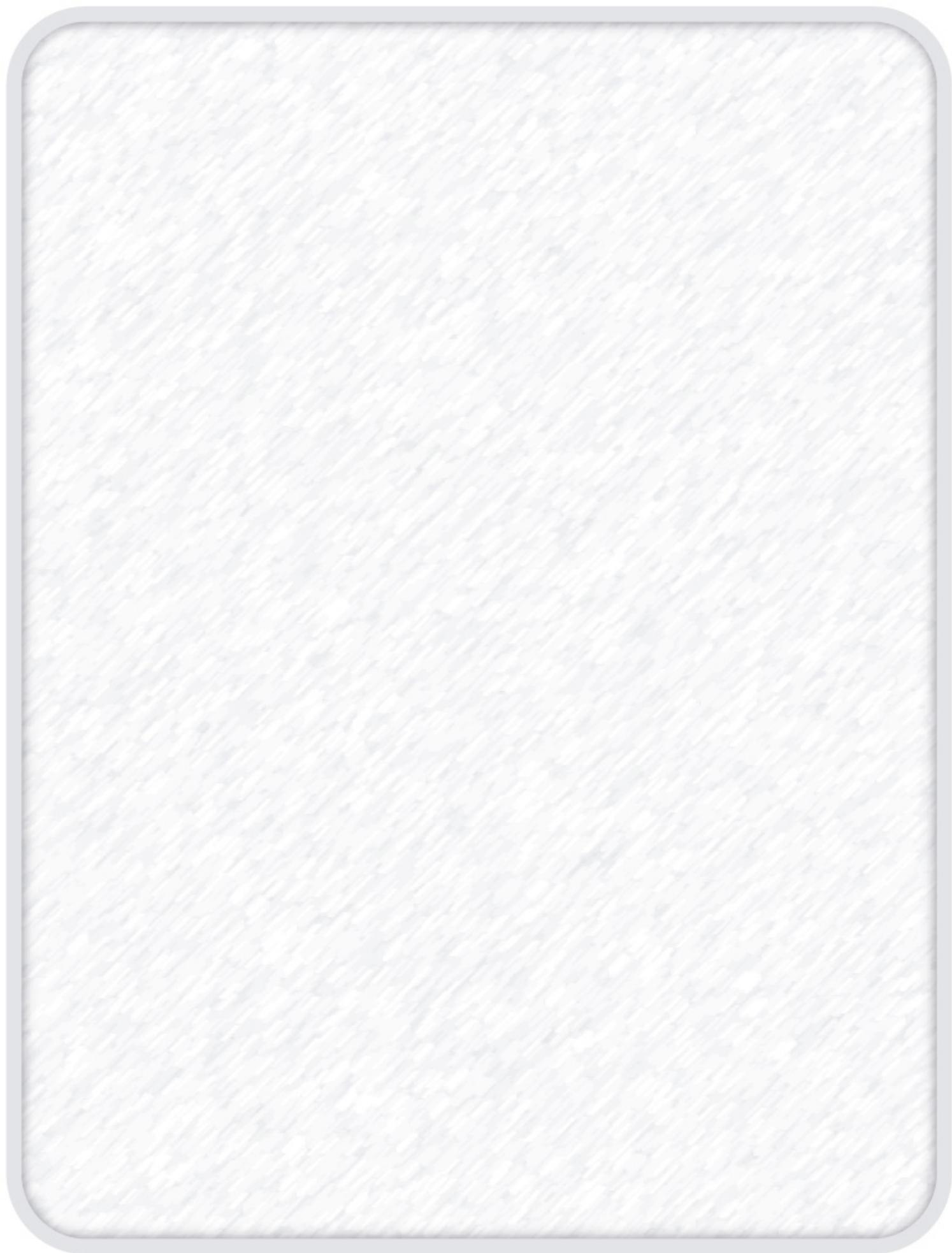
Copyright © [1996] Banco Interamericano de Desenvolvimento. Todos os direitos reservados; este documento pode ser livremente reproduzido para fins não comerciais.

BID-INTAL | Esmeralda 130, andáres 11 e 16 | (C1035ABD) Buenos Aires, Argentina

#### Links a fontes originais de informação utilizadas neste número:

- Crisafulli, L. y Baralla, G. (2011). Exportaciones de las PYMEs Argentinas. Buenos Aires: IERALPYME. [Link](#).
- Ministerio de Industria, Energía y Minería del Uruguay. Dirección Nacional de Artesanías, Pequeñas y Medianas Empresas. (2013). Encuesta Nacional a MPYMEs Industriales, Comerciales y de Servicios. Montevideo: DINAPYME. [Link](#).
- Granados, J. (25 de junio de 2013). Internacionalización de PYMEs: Apoyo Operativo del Banco. I Foro Iberoamericano de la MIPYME. Ciudad de Panamá: SEGIB. [Link](#).
- Las PyMEx 2003-2012. Una mirada actual. (2013). Buenos Aires: CERA; IEI. [Link](#).
- Kuwayama, M. (2009). Quality of Latin American and Caribbean industrialization and integration into the global economy. Santiago de Chile: CEPAL. [Link](#).
- Ramírez, J. (2007). Las PYMEs exportadoras paraguayas: situación actual, perspectivas y desafíos. Asunción: CADEP. [Link](#).
- Moreira, R.; Gama, H.; Scherma, M.; Bede, M.; Fonseca, P. y Moura, A. (2012). As micro e pequenas empresas na exportação brasileira. Brasil : 1998-2011. Brasília: SEBRAE. [Link](#).
- Serviços : Panorama do Comércio Internacional : Dados Consolidados de 2012 = Services : Overview of International Trade : 2012 Consolidated Data. (2013). Brasília: Secretaria de Comércio e Serviços, SCS. [Link](#).
- Uruguay XXI. (Noviembre 2012). Servicios globales de exportación. Oportunidades de inversión en Uruguay. Montevideo: Uruguay XXI. [Link](#).
- Caracterización de las empresas exportadoras uruguayas. (Abril 2012). Montevideo: Instituto Uruguay XXI. [Link](#).

- 2º Reunión de Ministros de Comunicaciones. (9 de Marzo 2012). Red de Conectividad Suramericana para la Integración. Asunción: IIRSA. [Link](#).
- Paquete PMA Para Bali. Comunicación de Nepal en Nombre del Grupo de los PMA. (31 de mayo de 2013). Ginebra: OMC. [Link](#).
- Negociaciones de la OMC sobre la agricultura. (2 de noviembre de 2011). Ginebra: OMC. [Link](#).
- Doing Business 2013: Smarter Regulations for Small and Medium-Size Enterprises: comparing business regulations for domestic firms in 185 economies. (2012). Washington: World Bank. [Link](#).
- Foreign Account Tax Compliance Act (FATCA): Resumen Ejecutivo. (2011). New York: Deloitte Development. [Link](#).
- El BID recomienda un marco regulatorio estable para fomentar la exportación de servicios. (Jueves 6 de diciembre de 2012). Buenos Aires: IEco Clarín. [Link](#).
- Mancera, Miguel A. (5 de diciembre de 2012). Impulsa BID internacionalización de empresas de América Latina. México: SDPnoticias. [Link](#).
- Field-Ridley, D. (2013). Private sector development: the CARICOM's Secretariat perspective. Georgetown: CARICOM. [Link](#).
- Mayer, T. and Ottaviano, G.I.P. (2007). The happy few: the internationalisation of European firms. New facts based on firm-level evidence. Brussels: Bruegel. [Link](#).
- Freund, C. and Pierola, M.D. (2012). Export Superstars. (Policy Research Working Papers; 6222). Washington: World Bank. [Link](#).
- Eaton, J. et al. (2007). Export Dynamics in Colombia : Firm-Level Evidence. (Borradores de Economía; 446). Bogotá: Banco de la República de Colombia. [Link](#).



# INTAL

Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe



**BID**

Banco Interamericano de Desenvolvimento